



**UNIVERSIDADE
EDUARDO MONDLANE**

**Faculdade de Letras e Ciências Sociais
Departamento de Arqueologia e Antropologia**

**Género, Relações de Poder e Mercado de Trabalho: Estudo de caso das mulheres
vendedoras no Mercado Central da Baixa da Cidade de Maputo**

Autor: Elídio Alberto Muamine

Supervisora: Sónia Seuane

Maputo, Março de 2013

**Género, relações de poder e Mercado de Trabalho: Estudo de caso das mulheres
vendedoras no Mercado Central da Baixa da cidade de Maputo**

Requisito para a obtenção de grau de Licenciatura em Antropologia pelo Departamento de
Arqueologia e Antropologia na Universidade Eduardo Mondlane

Autor: Elídio Alberto Muamine

Supervisora: Dra.Sónia Seuane

Maputo, Março de 2013

Universidade Eduardo Mondlane

Faculdade de Letras e Ciências Sociais

Departamento de Arqueologia e Antropologia

**Género, relações de poder e Mercado de Trabalho: Estudo de caso das mulheres
vendedoras no Mercado Central da Baixa da Cidade de Maputo**

Requisito para a obtenção de grau de Licenciatura em Antropologia pelo Departamento de
Arqueologia e Antropologia na Universidade Eduardo Mondlane

A Supervisora

(Dra. Sónia Seuane)

O Presidente

(Dr.Omar Madime)

A Oponente

(Dra.Sandra Manuel)

Maputo, Março de 2013

Declaração

Declaro que este trabalho de fim de curso na modalidade de relatório de pesquisa nunca foi apresentado na sua essência com vista a obtenção de qualquer grau. Este trabalho é produto de minha investigação pessoal, estando indicadas ao longo do texto e na bibliografia as fontes utilizadas para a sua elaboração.

(Elídio Alberto Muamine)

Maputo, Março de 2013

Dedicatória

Aos meus pais: Alberto Muamine e Isabel João Jeremias Pelembe que inculcaram em mim o gosto pelos estudos.

Dedico também este trabalho à minha família por ter me dado o apoio e educação que foi fundamental na minha vida e formação académica.

Por fim, a minha namorada e a todos os meus amigos pelo companheirismo em todos os momentos da minha vida.

Agradecimentos

É estimulante chegar a esta etapa e fazer um exercício de memória para lembrar a todos aqueles que de algum modo contribuíram de forma directa e/ ou indirecta para a realização deste trabalho especialmente a Deus.

Gostaria de exprimir a minha gratidão a Dra. Sónia Seuane, minha supervisora, pelas ideias e disponibilidade no acompanhamento do trabalho, pela dedicação, paciência, prudência, críticas, sugestões e pela mensagem de encorajamento para a realização do mesmo durante a sua fase embrionária até a esta data, o meu "*muito obrigado*".

O meu profundo agradecimento e admiração a minha companheira e namorada que esteve sempre presente nos momentos difíceis e na efectivação deste trabalho com paciência e carinho.

Especial agradecimento vai também aos docentes, e a todos colaboradores do Departamento de Arqueologia e Antropologia que através do exercício de suas funções nos forneceram, com muita paciência, bases e experiências para compreender os fenómenos sociais do quotidiano, interpreta-los e explica-los cientificamente.

Aos meus colegas do curso de geração 2009 pelo apoio moral e companheirismo durante este período, em especial o meu grupo de estudo composto por mim, Carla, Catija, Celestino, Helena, Sónia e Sidónia.

Finalmente agradecer as senhoras vendedoras do Mercado Central da Baixa da Cidade de Maputo bem como ao pessoal responsável pelo mercado do Conselho Municipal, que directa ou indirectamente colaboraram na elaboração deste projecto

A todos o meu Kanimambo.

Abreviaturas

BR- Boletim da República

CEA-Centro de Estudos Africanos

CMCM- Conselho Municipal da Cidade de Maputo.

CR- Constituição da República

FLCS-Faculdade e Letras e Ciências Sociais

INE- Instituto Nacional de Estatística

INFOR- Inquérito Nacional no sector informal

UEM- Universidade Eduardo Mondlane

MMAS-Ministério da Mulher e Acção Social

PGEI-Politica de Género e Estratégia da sua Implementação

WLSA- Mulher e Lei na África Austral

Resumo

O tema “*Género, relações de poder e Mercado de Trabalho: Estudo de caso das mulheres vendedoras no Mercado central da Baixa da cidade de Maputo*”; analisa e tenta explicar o estado das relações de poder entre esposo e esposa quando ambos se encontram inseridos no mercado formal de trabalho.

De acordo com Matabele (2005), a entrada da mulher no mercado de trabalho regista crescimento numa altura em que as políticas de desenvolvimento apontam para a perspectiva de género. Esta abordagem surge para resolver situações que colocaram e colocam a mulher em desvantagens visto que esta corresponde actualmente, a maioria da população nacional e que recaem sobre si, os maiores índices de pobreza.

Considerando que as investigações na área de género e particularmente no que respeita os processos de tomada de decisão, são mais abrangentes e na sua maioria, focalizam o espaço político e deixando de lado, aspectos ligados ao poder, que se estabelecem no espaço familiar, e o impacto que os fenómenos económicos têm nas relações entre os cônjuges. A pesquisa toma como grupo alvo mulheres casadas e seus esposos que se encontram no sector do mercado central da baixa da cidade de Maputo. Tomamos como métodos de pesquisa hipotético-dedutivo e a entrevista semi-estruturada como técnica de recolha de dados.

A pesquisa tem como argumento básico a entrada da mulher no mercado de trabalho influencia as relações de poder da mulher na medida que ela através do seu rendimento coopera na tomada de decisão e na definição de estratégias para a solução dos problemas familiares.

Palavras-chave: Género, relações de poder, família e mercado de trabalho.

Índice

Declaração.....	i
Dedicatória.....	ii
Agradecimentos.....	iii
Abreviaturas.....	iv
Resumo.....	v
CAPÍTULO I	iii
1.1.Introdução	1
1.2.Problema	4
1.2.1.Fundamentação legal e Institucional da igualdade de género no mercado de trabalho	4
Género e mercado de Trabalho em Moçambique	7
1.3-Hipótese:.....	10
CAPÍTULO II	11
2.1-Justificativa.....	11
2.Objectivos:	13
2.1.Objectivo Geral:.....	13
2.2.1.Objectivos específicos:	13
CAPÍTULO III	14
3.1-Quadro Teórico Conceptual.....	14
3.2.Conceitos.....	17
Género.....	17

Relações de poder	20
Família	22
Mercado de trabalho	24
CAPÍTULO IV	26
4.1 Metodologia	26
4.2 Métodos.....	26
4.3. Universo populacional e a delimitação da amostra.....	27
Vide o quadro geral da amostra:	29
4.4. Roteiro de campo e algumas dificuldades	29
CAPÍTULO V	31
5.1- Apresentação e análise dos resultados da pesquisa	31
5.2. Descrição e Caracterização do espaço	31
5.3. O perfil sócio-demográfico dos entrevistados	32
5.4. Motivações para a entrada da mulher no mercado de trabalho.....	35
5.4 Relações de Poder entre marido e mulher.....	38
5.4.1. Em relação a realização das tarefas domésticas.....	45
5.4.2. Relações de poder e gestão dos momentos livres	48
5.4.3. O contributo das redes de Solidariedade e as formas de entreaajuda dentro das relações de poder	49
6. Considerações Finais	52
Anexo I	55
Bibliografia	59

CAPÍTULO I

1.1.Introdução

O presente trabalho analisa as relações de poder e a contribuição da mulher no espaço familiar. A análise é feita tendo em conta o facto de mulher passar a ter um rendimento monetário¹, condição que há anos atrás era predominantemente detida pelo homem.

A pesquisa é sobre mulheres inseridas no mercado formal de trabalho, sendo este amplo, optamos pelas mulheres vendedoras no Mercado central da Baixa da cidade de Maputo.

Os mercados formais são uma realidade. Estudos efectuados têm revelado que estes são importantes na sobrevivência de muitas famílias dos contextos rurais e urbanos do país. Ainda nos mercados formais, a participação de mulheres é um facto visível e se constitui como uma das vias pelas quais estas participam na produção das rendas das famílias nas quais se encontram inseridas.

Todavia, o sector comercial é um ramo de actividade que apresenta maior taxa do emprego da população feminina ao nível nacional depois de ramo de serviços, e a presença da mulher é relevante em diferentes actividades comerciais ao nível nacional e em especial na Cidade de Maputo.

Desta forma, o sector informal tem sido objecto de estudo nas Ciências Sociais com diferentes interesses. No grupo de estudos sobre o sector informal que encontramos foi possível identificar diversas perspectivas que exploram diferentes dimensões do informal.

Analisando o impacto da economia informal na protecção social, pobreza e exclusão social em Moçambique, Francisco & Paulo (2006) demonstram que o sector informal desempenha um papel importante na subsistência de muitas famílias. Para estes autores, a economia informal

¹ Valor monetário destinado ao pagamento de diversas despesas.

comporta duas dimensões: a visível aquela que o Estado controla e uma dimensão invisível que envolve o submundo do tráfico de bens e serviços e que fogem do controle do Estado.

Contudo, a escolha deste sector comercial por nós, justifica-se por este apresentar maior taxa de emprego da mulher, pois, como exemplo disso, INE (2006) faz projecções do nível da participação de mulheres neste sector apontando que até o ano de 2005 cerca de 44.6 % de mulheres em Moçambique participavam nesta actividade.

Estes dados do INE (2006), referem ainda que as actividades comerciais são predominantes nas Cidades onde ocupam 50% da população das mesmas.

Francisco & Paulo (2006) analisam ainda, a economia informal de forma geral e entendem que a mesma envolve diversas actividades de subsistência das famílias. Procuram mostrar também que o sector informal principalmente, os mercados informais é conotado com a ilegalidade dado o facto do mesmo não ser muito controlado pelo Estado, não ter regras muito claramente definidas e pelo facto de não estar claramente delimitado do sector formal. Assim, o informal é conotado pejorativamente e associado à ausência de regras.

Esta monografia procura ser uma reflexão na compreensão de questões de género a partir das relações de poder no campo da Antropologia de família e constitui um trabalho de pesquisa em cumprimento parcial dos requisitos para obtenção do grau de licenciatura em Antropologia na Faculdade de Letras e Ciências Sociais (FLCS). O estudo reflecte a influência da participação da mulher no Mercado de trabalho nas relações de poder dentro da família.

A pesquisa foi feita mediante a aplicação do método qualitativo através de entrevistas semi-estruturadas às mulheres vendedoras no Mercado central da Baixa da Cidade de Maputo. E os resultados da pesquisa serão analisados tendo em conta a dominação tradicional na visão de Weber (1983 e 1992) e o conceito de *habitus* de Bourdieu (1996) na teoria da reprodução social.

O trabalho estrutura-se em cinco capítulos: O primeiro coloca a problemática de género e a participação da mulher no mercado de trabalho, mediante duas perspectivas: A primeira de fundamentação legal e institucional e a segunda que apresenta as ideias de diferentes autores que

focalizam a questão de género nos âmbitos científico ou académico e político. Procuramos neste capítulo, buscar o debate existente aos níveis científicos, político e económico da questão de género e oportunidade de trabalho, para facilitar a compreensão do problema e a relevância do estudo do tema.

O segundo capítulo, corresponde a justificativa, na qual indicamos as motivações que nos levam a realizar esta pesquisa, a relevância do tema no campo da Antropologia e do que já foi estudado sobre a área. No terceiro capítulo, apresentamos o quadro referencial teórico e a definição dos principais conceitos que permitem a compreensão do objecto em estudo. Tomamos como quadro teórico básico, a dominação tradicional descrita por Weber (1995) e a reprodução social na visão de Bourdieu (1994) com recurso ao conceito de *habitus*, como auxiliar.

Em seguida, apresentamos os métodos e instrumentos usados, como caminhos para atingir os fins definidos, bem como a escolha dos métodos, a definição da população, da amostra, a delimitação do espaço e a técnica adoptada para a recolha de dados. Aplicamos para abordagem e procedimento da pesquisa, os métodos hipotético-dedutivo e qualitativo respectivamente. No quinto capítulo apresentamos e analisamos os resultados obtidos na pesquisa e por fim a bibliografia e anexos.

Gostaria de lembrar ao leitor, que na defesa deste trabalho foram levantadas pela oponente algumas questões que durante a realização do mesmo não foi possível fazer a análise, tais como:

- ❖ Que influências têm os homens que trabalham no espaço doméstico na negociação das relações de poder na família.
- ❖ Qual é a visão que a mulher do vendedor do mercado tem sobre o homem e o que é distinto da entrada da mulher nas relações de trabalho.

Estas questões nós achamos pertinentes por isso gostaríamos de fazer menção noutras pesquisas futuras para o mestrado ou doutoramento.

1.2.Problema

Nesta secção trazemos a discussão sobre a situação de género e a participação da mulher no mercado de trabalho. Procuramos fazer análise com recurso a bibliografia e ao levantamento de dados colectados no campo. Para facilitar a compreensão destacamos duas componentes fundamentais:

A primeira, apresentada na Constituição da República de Moçambique de 1990 nos artigos 6 e 7, destaca a fundamentação legal e institucional da igualdade de género e da participação da mulher no mercado de trabalho. Neste âmbito apresentamos os instrumentos legais que regulam a igualdade de género e da participação de homens e mulheres no mercado de trabalho.

A outra destaca as diversas visões dos autores no âmbito académico explicando o contexto histórico, social e político que acompanha a problemática de género e relações de poder no país (Mazula, 1995).

Apesar de existirem factores de origem sociocultural, económica e política que ofuscam os direitos e deveres dos homens e mulheres, os dados estatísticos mostram o crescimento acelerado da presença da mulher nos diversos sectores de actividades, onde as mulheres têm uma taxa acima de 40% e os homens 37% na participação de actividades económicas (INE, 2006).

A divergência entre as posições tomadas por autores em relação à distribuição de poder, ocupação de cargos no trabalho fora e dentro da família conforme o quadro legal, nos levou a colocar o debate desta maneira.

1.2.1.Fundamentação legal e Institucional da igualdade de género no mercado de trabalho

O quadro legal postula em diferentes capítulos desde o período da independência até a actualidade, que homens e mulheres têm os mesmos direitos e deveres perante a lei

moçambicana. A legislação do país mostra a relevância de interligar os aspectos: família aos locais de trabalho. O quadro legal procura regular e informar sobre as questões de género e participação no trabalho como direitos de qualquer indivíduo independentemente do sexo, da cor, e da religião perante os demais, tal como mostram os artigos da primeira Constituição da República à actual.

Os artigos 7 e 17 da Constituição da República Popular de Moçambique de 1975², postulam o princípio de igualdade entre os sexos. Por seu lado, a Constituição da República de Moçambique de 1990 também mostrou de forma explícita o princípio de igualdade de género, nos artigos 6 e 7³.

A Constituição da República de 2004 detalha os direitos e deveres dos cidadãos de ambos os sexos e afirma ainda que a emancipação da mulher constitui uma das tarefas essenciais do Estado, uma vez que a mulher é igual ao homem em direitos e deveres estendendo-se esta igualdade, aos campos políticos, económicos, social e cultural.

O artigo 36 reafirma o princípio de igualdade entre os sexos que sustenta que o homem e a mulher são iguais perante a lei em todos os domínios da vida política, económica, social e cultural. Por sua vez o artigo 84, nos seus pontos 1 e 2, sobre o direito de trabalho, defende que o trabalho constitui direito e dever de cada cidadão, e cada cidadão tem direito a livre escolha de profissão.

No artigo 119, ponto 1 a Constituição da República de Moçambique afirma que: “A família é o elemento fundamental e base de toda sociedade” e por fim no artigo 122, ponto 1, o Estado

² O artigo 7 da Constituição da República Popular de Moçambique, diz que o trabalho é direito, é um dever para todo cidadão de ambos os sexos. E o artigo 17, diz que a emancipação da mulher constitui uma das tarefas essenciais do Estado, uma vez que a mulher é igual ao homem em direitos e deveres se estendendo esta igualdade aos campos políticos, económicos, social e cultural.

³ O artigo 6 da Constituição da República de Moçambique de 1990, diz que todos os cidadãos são iguais perante a lei, gozam dos mesmos direitos e são sujeitos as mesmas obrigações independentemente de cor, raça, sexo, grupo étnico, local de nascimento e estado civil dos pais. Já o artigo 67 frisa que os homens e mulheres são iguais perante a lei em todas as dimensões da vida política, económica, social e cultural.

promove, apoia e valoriza o desenvolvimento da mulher e incentiva o seu papel crescente na sociedade, em todas as tarefas da actividade política, económica, social e cultural do país.

A lei da família (2004) elaborada com base na Constituição de 2004 postula dois pontos do artigo 98; 1- qualquer indivíduo (homem ou mulher) é livre de exercer profissão ou outra actividade remunerada. 2- Em nenhuma circunstância o direito ao trabalho pode ser condicionado ao consentimento conjugal.

Tal como a descrição dos artigos mostra, o Governo de Moçambique otorga igualdade de direitos e deveres a homens e mulheres no mercado de trabalho numa altura em que se verifica um crescimento acelerado da presença da mulher no mercado de trabalho, bem como aumento de taxas da participação da mulher nos mercados como vendedoras.

No entanto, existe, actualmente uma necessidade de definir estratégias de desenvolvimento socioeconómicas e culturais, considerando a componente de género e igualdade de género e de colocar em prática os dispositivos legais.

Um dos dispositivos importantes a considerar, é a política de género e estratégia da sua implementação (PGEI), aprovada pelo Conselho de Ministros em 2008. Nesta política, o Governo mostra o seu interesse em promover e melhorar a efectiva participação de mulheres e homens no processo de desenvolvimento do país, garantindo o empoderamento da mulher, contribuindo desta maneira, para a redução das desigualdades de género e a promoção da mudança de mentalidade na mulher.

Desta forma, consideramos que a entrada da mulher no mercado de trabalho é crucial no processo de desenvolvimento socioeconómico de uma sociedade, principalmente, numa situação em que a maior parte da população moçambicana é feminina como frisou Matabele (2005). O emprego da mulher fora da esfera familiar, alia-se a uma questão económica, para a criação de mecanismos de sobrevivência individual e colectiva.

Género e mercado de Trabalho em Moçambique

Em relação ao debate existente sobre género e mercado de trabalho existem factores que induzam aos diferentes autores dividam a presença da mulher no mercado de trabalho em três períodos históricos: período colonial, pós-independência e pós-guerra civil de 1992, justificando a fraca presença da mulher no mercado de trabalho naqueles períodos, bem como a indicação dos factores socioeconómicos que influenciaram desde a independência a actualidade, no crescimento do emprego feminino.

Uma das questões que é muito discutida na questão de Género é a consideração pelo facto da sociedade poder ser apontada como a principal produtora e reprodutora das desigualdades sociais entre homens e mulheres.

Segundo Osório (2008), o facto de a sociedade preparar homens e mulheres para esferas diferentes e desiguais da vida social, espaço público para os homens e espaço privado para as mulheres cria uma situação em que a mulher se encontra em posição de desvantagem pois, lhes são reduzidas as possibilidades de formação escolar e, conseqüentemente, o acesso desta ao espaço público através do emprego torna-se também algo difícil. A nossa constatação pode ser sustentada em alguns depoimentos:

“Eu não estudei e por isso não consigo arranjar um bom trabalho. Entre trabalhar como uma pessoa doméstica e fazer meu negócio, eu prefiro fazer negócio porque sei que aqui posso ter um pouco mais para me sustentar” (Edite).

“Eu vivo disto que vocês estão a ver. Não estudei muito porque a vida era difícil. Vendo aqui no mercado há muito tempo porque as coisas andam difíceis ultimamente, comida está cara” (Wilma).

Pelos depoimentos transcritos, podemos constatar que a falta de formação técnico-profissional e especializada nos indivíduos foi uma das características da entrada da mulher e do homem no mercado de trabalho para além da falta de educação formal, e a falta de escolas que formem vocacionalmente os indivíduos a fim de estes terem as qualificações exigidas no mercado ou terem a capacidade de se empregarem a si próprias (Silva, 2009).

Na visão de Mazula (1995), a entrada da mulher no mercado de trabalho foi um processo de princípio lento pela história que o país apresentava. Para este autor o domínio colonial não criou condições que valorizassem a formação e emprego da mulher devido a natureza da sociedade moçambicana e o carácter de divisão de responsabilidades e de papéis entre homens e mulheres o que influenciou no menor acesso a profissionalização da mulher em detrimento dos homens, uma vez que na maioria das comunidades rurais moçambicanas é difícil desligar a figura da mulher do papel doméstico, da função natural e primária de progenitora e educadora dos filhos.

Um estudo feito por Andrade et al (1998), mostra que a socialização⁴ dos filhos e filhas marcam a diferenciação dos destinos a que alguém é sujeito determinando a diferenciação nas relações de género. Nas famílias preparam-se os filhos para papéis que devem desempenhar na divisão de trabalho, ocupando um lugar determinado e diferenciado nas estratégias familiares.

Andrade et al (1998) afirmam que o homem é o chefe da família⁵ como marido e pai, cabe a ele representar a família e decidir em todos os actos da vida conjugal comum e sendo pai e homem

⁴De acordo com Rocher (1971:12) É o processo pelo qual ao longo da vida a pessoa humana aprende a interiorizar os elementos sócio-culturais do meio, os integra na estrutura da sua personalidade sob influência de experiência de agentes sociais significativos e se adapta assim ao ambiente social em que se deve viver.

⁵ Na visão de Andrade (1998:118), o chefe de família é o actor social que tem um papel central nas estratégias de sobrevivência da família, isto é, é quem define as formas de acesso e controlo de bens materiais e simbólicos como instituição patriarcal a qual a família é chefiada pelo homem (em Moçambique a atribuição de poderes ao homem na qualidade de chefe da família pelo normativo costumeiro e pelo dispositivo legal que atribui a responsabilidade pela administração da propriedade individual e comum e do casal).

deve providenciar os alimentos, orientar a instrução e educação, prestar assistência moral aos filhos e a família no geral, devem representar e autorizar diversos actos no mesmo espaço.

Matabele (2005:61-73) afirma que é necessário a criação de uma sociedade em que tanto homens como mulheres, tenham as mesmas oportunidades de participação no processo de desenvolvimento do país e elevar a mulher aos processos de tomada de decisões e liderança nos diversos sectores de desenvolvimento.

Os estudos até aqui apresentados, são importantes para a percepção das relações de dominação entre homens e mulheres em diferentes momentos da história de Moçambique, na medida em que trazem uma discussão da situação histórica, social e cultural da relação entre homens e mulheres. Estes estudos procuram perceber as causas que estariam por detrás da dominação da mulher pelo homem em todas as esferas sociais.

Partindo deste princípio, o nosso problema, reside no facto do contexto histórico e dos processos sociais que se tecem sobre a mulher não mostrarem actualmente uma clareza em relação ao estado actual da situação da mulher e das relações de poder num período em que a mulher tal como o homem se encontram na condição de trabalhadores assalariados, um lugar que antes era monopólio masculino.

O que constatamos é que dos estudos acima apresentados feitos sobre Moçambique, poucos aprofundaram preocupação pelas alterações nas relações de poder na família devido ao facto da mulher passar a atravessar, tal como o homem, as fronteiras domésticas a procura do rendimento.

Desta forma, Casimiro (1999), afirma que a maior parte dos discursos sobre as mulheres no seio dos paradigmas de desenvolvimento masculino e sexista sustentavam o papel que as mulheres desempenharam em todos os aspectos marcando as suas actividades num veio de intemporalidade reduzindo a seres humanos, trans-históricos fora dos domínios do desenvolvimento.

Para esta autora, os estudos feitos consideravam tanto o Estado como o mercado como entidades neutras em relação as questões de género apesar de as mulheres realizarem actividades específicas na esfera da produção e reprodução.

Assim, a nossa intenção é de analisar e explicar o que acontece na família, nas relações de poder a medida que a mulher passa a ser trabalhadora assalariada contribuindo para o seu empoderamento em todos sectores sociais.

Procuramos responder a seguinte questão: *Em que medida a entrada da mulher no mercado de trabalho formal influencia nas relações de poder entre esposo e esposa na família?*

1.3-Hipótese:

- ❖ A entrada da mulher no mercado de trabalho influencia as relações de poder entre esposo e esposa (ou marido e mulher) na medida em que ambos colaboram na negociação, gestão e utilização de rendimento familiar.

CAPÍTULO II

2.1-Justificativa

Optamos por este tema primeiro por constituir um fenómeno que actualmente tem levantado vários debates ao nível académico e público em diferentes visões (histórico-social, político, económico, etc). Em segundo porque a presença de mulheres no mercado de trabalho formal e informal é notável, sendo que o rendimento obtido dessa actividade económica permite que a sua contribuição para o agregado familiar não se restrinja ao cuidado da casa.

Esta alteração convida-nos a questionar a posição da mulher na tomada de decisões na família, uma vez que durante muito tempo e mesmo actualmente em algumas comunidades a principal tarefa da mulher era, e ainda é cuidar da casa, sendo o homem o principal provedor. Esta situação, contribuiu para que o poder de decidir em vários aspectos da família fosse aliado a figura masculina.

Outra razão que mostra a pertinência do nosso estudo é o facto de os actuais discursos governamentais e/ou políticos apresentarem tendências motivacionais e emancipativas da mulher como agente de desenvolvimento político e económico nacional. Nesses discursos procura-se mostrar o valor que a mulher tem na produção e no alívio da sua situação de dependência e de submissão em todos os sectores de actividades o que demonstra que a igualdades de género no trabalho, na família é ainda um facto social por investigar em diversas visões.

O facto de este ser um tema que aborda questões do âmbito sociocultural permite-nos analisar o crescimento da presença da mulher no mercado de trabalho e o impacto da mesma na igualdade de género e na tomada de decisões na família.

Outra razão que mostra a pertinência do nosso estudo é o facto de apesar de o Governo de Moçambique mostrar através das suas políticas e estratégias de acção o seu envolvimento no

processo emancipatório da mulher, estudos indicam que este empoderamento político muitas das vezes não vai de acordo com a realidade moçambicana.

De acordo com Fórum Mulher (2005), o acesso limitado à educação, saúde, capital, falta de acesso à posse e poder desigual de tomada de decisões, coloca a mulher numa posição de seria desvantagem, política, económica e social. Esta situação força a mulher a engajar-se em múltiplas estratégias para gerar rendimento, de modo a sobreviver.

Na visão do Fórum Mulher (2005:5), vários estudos em Moçambique indicam que a mais importante actividade produtiva das mulheres para a geração de rendimento, é a produção e venda de produtos agrícolas, criação de animais, produção e venda de produtos alimentares, carvão, lenha e outros.

O mercado central da Baixa da Cidade de Maputo carece de estudo na área de Antropologia, pois a maior parte de estudos existentes no meio urbano tomam como exemplo o Mercado do Povo⁶ e Estrela⁷. Esperamos que este estudo seja um contributo na compreensão dos fenómenos sociais que ocorrem na família e que constitua um ponto de partida para outros estudos antropológicos nas áreas de género e família.

⁶ Mercado Municipal, situado no Bairro Central da Cidade de Maputo, na avenida Karl Marx

Em termos de características, a semelhança física com outros mercados é visível: trata-se de um espaço onde maioritariamente as barracas são construídas em material precário estacas, material plástico e caniço bem como, em alguns casos, através de chapas de zinco. É um mercado que possui um murro exterior construído pelo CMCM com o objectivo de impedir que o mercado se alastre além do espaço para que foi concebido contudo, ainda assim, continua sendo difícil manter o mercado dentro dos seus limites físicos.

⁷ Sobre a história do surgimento do mercado Estrela Vermelha na cidade de Maputo, existe pouca informação, contudo, estudos contextualizadores, como é o caso de Chichava (1998), apontam para a possibilidade do mesmo ter nascido entre 1989 e 1990, no contexto do crescimento urbano e aumento das taxas de desemprego no país. A história do mercado Estrela Vermelha se assemelha a história de outros mercados informais do país na medida em que surge no quadro das reformas políticas, económicas e sociais mais alargadas.

2.Objectivos:

2.1.Objectivo Geral:

- ❖ Compreender as mudanças que ocorrem nas relações de poder entre marido e mulher na família quando ambos são trabalhadores assalariados.

2.2.1.Objectivos específicos:

- ❖ Analisar as motivações que levam a mulher a participar cada vez mais no Mercado de trabalho;
- ❖ Explicar a forma como é exercida a divisão de trabalho no espaço familiar entre o esposo e a esposa;
- ❖ Descrever as relações de poder, gestão dos momentos livres na família, o contributo das redes de solidariedade e as formas de entreaajuda na família.

CAPÍTULO III

3.1-Quadro Teórico Conceptual

Com base na análise do nosso problema e nos objectivos pressupostos, aplicamos duas abordagens teóricas, de Max Weber (1995) sobre os três tipos de dominação ou autoridade legítimas e a teoria de reprodução social de Pierre Bourdieu (1996), usando o conceito de *habitus*.

Weber (1995) na tipologia de dominação descreve três formas a saber: a dominação carismática, tradicional e a legal.

1-A dominação Tradicional que se assenta na aceitação do poder de um indivíduo com base na tradição, no hábito e no costume, frequentemente nas sociedades patriarcais. Neste tipo de dominação, as relações sociais são reguladas pela tradição, pelo privilégio, e pelas relações de fidelidade, pela honra e pela vontade.

2-Dominação Carismática onde a dominação assenta-se no carisma, na influência e na personalidade de quem detêm o poder. A figura da decisão é quase sagrada e o seu poder encontra-se legitimado na crença que a maioria deposita nas suas qualidades heróicas.

3-Dominação Legal ou racional, as relações sociais são reguladas por leis, regras e uma hierarquia que estabelece as competências e atribuições de cada um numa estrutura burocrática de relações.

Nesta pesquisa, usaremos como lente teórica a dominação ou autoridade tradicionalmente orientada onde o patriarcado ou dominação patriarcal constitui para o autor, o exemplo mais característico da autoridade tradicional. Para Weber (1995), a autoridade tradicional coexiste em virtude da fé que se tem na santidade dos poderes sempre presentes, e o tipo mais puro é a

dominação tradicional patriarcal (poder do pai de família, chefe de clã ou pai do povo). Este poder é gerido pelo belo prazer individual daquele que detêm ao qual todos encontram-se sujeitos relativamente a sua aplicação nos papéis mais importantes. A existência deste tipo de dominação é também afirmada por Fácio (2007) no qual para ele o patriarcado se tinha transformado a partir da institucionalização do domínio dos homens adultos sobre as mulheres de todas as idades e crianças da família patriarcal, num sistema de domínio masculino generalizado a todas as sociedades.

A abordagem de Fácio (2007) e Weber (1995) mostra que em todos os locais o domínio ou autoridade ficou associado a figura masculina, transmitindo-se esta de geração em geração segundo os princípios afectivos que regulam as relações entre os indivíduos. A partir desta abordagem, podemos afirmar que a fidelidade imbuída por meio da socialização e costume na relação com o seu esposo é o mais típico contraste com a situação de um trabalhador contratualmente assalariado numa empresa onde as ordens e a obediência são acções exercidas segundo princípios estatuídos na sociedade.

Esta ideia firma-se quando Weber (1995) explica que o espaço doméstico é a célula nuclear das relações tradicionais de poder. O autor afirma que nas sociedades presentes subsistem os traços da dominação tradicional e que em algumas comunidades a dominação ou administração da família está aliada a figura paterna (homem, esposo, tio, filho, etc). Esta visão foi também colocada por Hannah Arendt, citado por Fernandes (1998) numa visão política de poder, ao afirmar que desde a antiguidade clássica a imagem paterna tem sido apresentada como símbolo da autoridade e de poder.

Ainda diferentemente do poder legal, o poder tradicional é obedecido por força da dignidade própria daquele que o possui, santificada pela tradição (por fidelidade), o conteúdo das ordens é também vinculada pela tradição. Para Weber (1995), a dominação tradicional é assente na acção tradicional que se apoia nos hábitos e nos costumes que caracterizam as actividades familiares. Assim, por exemplo, obedecer ao seu pai, ao seu marido ou irmão mais velho, é uma acção

tradicional pois se configura no conjunto de todas as acções quotidianas, costumes e hábitos que orientam a vida quotidiana.

Para auxiliar a nossa teoria de base, optamos pela teoria da reprodução social, por acharmos possível abordar a questão de relações de poder entre esposo e esposa (ou marido e mulher) usando esta teoria uma vez que se trata de aspectos vinculados nas normas e hábitos socialmente construídos e que acompanham o indivíduo na sociedade podendo encontrar alterações mas que as marcas do patriarcado são ainda prevaletentes. Segundo Bourdieu (1996), a teoria de reprodução social seria definida como um processo mediante o qual a sociedade através de diversos mecanismos reproduz a sua própria estrutura. É a permanência de invariante, de imobilismo ou algo que muda com contexto mas que traz marcas da sua existência. Para a constatação do autor, recorre ao conceito de *habitus* como um conjunto de disposições permanentes que procuram reproduzir pensamentos, percepções, expressões, acções e que teria sempre como limite as próprias condições históricas e socialmente determinadas em que ele próprio é produzido.

O *habitus* funciona como matriz estruturante das percepções, das acções dos agentes, é transmitido ao longo do tempo no meio familiar e influenciando desta feita o desenvolvimento dos agentes. Segundo Bourdieu (1996), o *habitus* tem como função garantir a sua própria constância e o mecanismo de selecção de novas informações sem colocar em causa as experiências das regras de organização, disposições e de hierarquias específicas onde cada indivíduo age de acordo com sua posição social nos determinados contextos sociais.

É neste sentido, que reprodução social de Bourdieu nos ajuda a perceber o fenómeno em causa, o poder não pode ser visto como acto possessivo, apenas efectivo e fixo, mas como algo que ocorre nas relações sociais dependendo do contexto e das fontes que o proporcionam. Por isso, as abordagens teóricas apresentadas são adequadas para orientar a execução da nossa pesquisa diagnosticando a consistência ou prevalência do poder tradicional e descrever os mecanismos da sua reprodução tendo em conta o espaço familiar.

Por outro lado, a teoria de *habitus* de Bourdieu (1989), sublinha que os indivíduos incorporam ou interiorizam um sistema de disposições, no processo de socialização, que orienta as suas práticas, as suas escolhas e as suas acções. Isto significa que os homens, em virtude da socialização, têm tendência para serem dominadores e agressivos enquanto as mulheres procuram ser obedientes e passivas, não pela sua natureza, mas porque foram ensinadas a se comportarem desta forma.

A sociedade, muitas vezes, considera os homens que conseguem manter a obediência das esposas como verdadeiros homens e as mulheres obedientes como esposas ideais. A luta pela igualdade de género é, acima de tudo, o processo de inversão dessa tendência normalizada e naturalizada, isto é, o desafio de todos os valores tradicionais que estruturam as desigualdades de género, naturalizando-as.

3.2-Conceitos

Em ciências sociais a leitura da realidade social ou de qualquer fenómeno social é muitas vezes baseada em conceitos. Ao longo da pesquisa, apresentamos conceitos-chave e outros que consideramos essencial a sua definição para a compreensão de todo trabalho. Consideramos chaves os conceitos: *Género, Relações de Poder, Família e Mercado de trabalho*.

Género

De entre os novos movimentos sociais destaca-se o movimento feminista que significa a possibilidade de incluir nova dimensão ao conhecimento e a política social devido ao facto de haver um consenso acerca da explicação até aqui aceites sobre os problemas do mundo, relação de classe, economia e a presença da mulher no mercado (Casimiro, 1999).

Para autora, as hipóteses lançadas pelas feministas apontam pelo facto de a subordinação que afecta as mulheres de diferentes maneiras está relacionada com o tipo de poder múltiplo existente localizado em muitos espaços sociais diferentes e que pode não se vestir com a roupa de autoridade.

Esta perspectiva teórica feminista, tem uma abordagem construtivista das relações de género, considerando a identidade masculina e a feminina não como naturais ou biologicamente determinadas, mas socialmente construídas durante o percurso biográfico dos indivíduos.

Todavia, na visão desta autora, é necessário criar condições para resgatar e dar a conhecer as contribuições das mulheres para a sociedade e para a cultura, daí o surgimento de centros de investigação das comunidades científicas e organizações não governamentais para darem respostas levantadas pelas feministas no sentido de tentar explicar o porquê da universalidade trans-histórica da opressão do género.

As preocupações teóricas relativas ao género só apareceram em final do século XX, elas são ausentes em muitas partes das teorias sociais formuladas desde o século XVIII até o início do século XX. Algumas destas teorias constituíram a sua lógica sob analogia com oposição masculino/feminino, outras reconheceram uma questão feminina, outras ainda preocuparam-se com a formação de identidade sexual subjectiva, mas o género como meio de falar de sistemas de relação social ou entre os sexos não tinha aparecido (Scott 1989:13).

Desta forma, Casimiro e Andrade (1992:100) afirmam que os estudiosos da língua Inglesa e Francesa introduziram a categoria de género: relações sociais entre homens e mulheres considerando-a fundamentalmente para análise de uma sociedade que não podem apenas ser reduzida a relações sociais.

Na mesma linha, Moore (1994) defende que as relações de género ao nível das famílias e de indivíduos são afectados por processos políticos, económicos externos o que produzem tipos

particulares de posições e papéis ligados ao género que são congruentes com padrões de poder socialmente construído.

Casimiro (1995) por sua vez olha para o género como um complexo cultural e histórico, determinado consistentemente em relações sociais, instituições sociais, política assim como concepções do mundo que definem a identidade dos indivíduo que parte das diferenças entre homem e mulher, e estas construções são passíveis de contestação de modelo de legitimidade⁸ a forma ou o fundamento do seu reconhecimento ao longo do tempo.

De forma diferente, Saffiot (1979) define o género como a maneira contemporânea de organizar normas culturais passadas e futuras, um modo de a pessoa se situar através destas normas, um estilo de viver o corpo no mundo. Mabilana (2005:19), citando Heibron, considera que o género é construído na base de diferenciação de atitudes, preconceitos, comportamentos e actividades mediante os quadros predominantemente culturais entre sexos.

Mabilana (2005), citando De Beauvoir, afirma ainda que o género não é atribuído somente a um acto corporal como afirmou Saffiot (1979), mas assumindo como projecto, algo construído e processual que deve ser compreendido como algo que ocorre em todas as relações sociais que limitam a liberdade do sujeito desde o início cheio de interpretações constantes, de tabus e prescrições socialmente construídas. Este posicionamento é também tomado por Fácio, citado por Osório (2004) ao considerar o género como conjunto de valores e características que determinam a masculinidade e a feminilidade em cada cultura e em cada momento histórico.

Contudo, precisamos frisar que as relações de género não se manifestam da mesma maneira em todas as sociedades como refere Kloeck-Jesan e Waterhouse, citados por Balate (2001). Para estes, as relações de género são específicas a um contexto e elas variam ao longo do tempo e entre grupos diferentes de pessoas. Para MMAS (2008) na política de género, mostra que as

⁸ Para Serra (1997) legitimidade é o reconhecimento historicamente situado e flutuante, tácito ou declarado, manifesto pelos dominados aos dominantes no sentido de que é suportável a ordem social vigente e reconhecida a eficiência dos segundos.

relações de género são relações sociais entre homens e mulheres que se desenvolvem dentro de um contexto específico podendo mudar e muitas vezes mudam em resposta a alteração das condições económicas, políticas, sociais e ambientais.

Para Saffiot (1979), a construção do género envolve processos culturais e sociais através do mecanismo de socialização que para homens e mulheres se condicionou carácter de oportunidades, direitos e deveres de formas diferentes.

Em todas as visões teóricas, está patente a ideia de que as relações de género partem do biológico, mas é o plano sócio-cultural que ganha um campo de análise na medida que incorpora normas, crenças na diferenciação dos individuais. As relações de género para nós são todas as diferenças de papéis, funções e sobretudo, das posições que ocupam homens e mulheres consoante normas e regras institucionalizadas ao nível sociocultural gerando deste modo a dominação de uns e obediência de outros.

Diferentemente de Saffiot (1979) Scott (1989) apresenta o género como um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, uma forma de significar as relações de poder que está incluído na concepção, na construção do próprio poder e no controlo diferenciado sobre o acesso aos recursos.

Relações de poder

Trataremos este conceito, partindo da definição do conceito de poder. Assim, procedemos com as diferentes visões dos autores.

Poder é a capacidade que um indivíduo tem de impor a sua própria vontade numa relação social contra a resistência e qualquer que seja o fundamento dessa probabilidade (Weber, 1983:113). Para Weber (1995), o poder implica também a dominação. Quem tem poder, tem autoridade na medida em que este poder é reconhecido. Portanto um indivíduo com reconhecimento

fundamentado em diversos sentidos mas que influencia para que a um mando se deva a obediência tem poder, neste sentido, tem autoridade.

Assim, Crozier (1983:18-22) salienta que o estudo do poder é indispensável as Ciências Sociais. Os fenómenos do poder existem em todos os processos de integração social, de organização e constituem um dos objectos essenciais do estudo da Antropologia. O autor define o poder como categoria estratégica para resolver situações conflituantes de posições na tomada de decisões nas instituições ou grupos colocando como todo o fenómeno que gera a possibilidade de acção de um indivíduo ou de um grupo sobre um ou diversos indivíduos, seja de qualquer fonte da sua legitimação, seus objectivos ou seus métodos.

Crozier (1983) parte do princípio de que o poder só é visível nas relações entre actores sociais, é resultado de um relacionamento mútuo e de reconhecimento dos actores em presença, de troca e adaptação recíprocas onde cada um usa as fontes diversas para negociar uma situação em seu favor, mas nessa reciprocidade há sempre diferenças de posições entre os actores.

Focault citado por Fernandes (1998) define relações de poder como um conjunto de manifestações de poder, das relações de forças ou de mando ou obediência que se desenrolam no interior de um grupo. Tal como Crozier (1983) Foucault citado por Loforte (2000:32) defende ainda que o poder não pode ser uma posse, acto de imposição, mas sim um jogo de cooperação e de influências, pois no jogo há liberdade mesmo que seja em muitos casos assimétrica.

Assim, a liberdade constitui um mecanismo que estimula o exercício de modalidades, de lutas, competição e da contestação das estruturas de dominação, logo para estes autores não existe poder absoluto, nem existe poder isento de negociação dentro de um grupo.

Nesta pesquisa, privilegiamos a definição de Weber e do Crozier. O primeiro concebeu o poder de um indivíduo ou grupo assente em fundamentos de legitimidade mostrando o carácter efectivo e possessivo do poder, pois, Weber (1995) trata o poder como apropriação, privilegio adquirido e conservado de um grupo dominante desde os tempos. Esta situação caracteriza o poder do

homem ou marido em relação a mulher ou esposa na família o que resulta numa dominação do tipo tradicional.

O poder num individuo ou grupo não é estático em todo momento, varia de acordo com a situação ou com o contexto e conforme os elementos que o causa. Por um lado, temos a situação histórica tradicional que legitima o poder dos homens e por outro, as mudanças que ocorrem pelo facto da mulher ser trabalhadora e obter fontes de rendimento monetário que possibilitam negociar para obter a obediência ou influenciar num determinado mando.

Contrariamente, o que se pode constatar, nas novas formas sociais onde as mulheres detêm recursos, verifica-se transformações nas relações de poder entre os associados em função das transformações económicas. Por exemplo: a possibilidade estratégica da mulher criar banca⁹ para venda de produto agrícola dá-lhe maior probabilidade económica onde o homem procura-a para fazer crédito. Loforte (2000) defende esta posição afirmando que muito embora as relações sejam dispersas, assimétricas e construtivas de uma desigualdade, as mulheres detêm lugar de poder.

Família

O conceito família é definido por diversos autores e sob várias formas das quais se destacam a tipologia institucional ou organizacional, tipologia biológica e funcional. Ao longo do tempo o conceito foi tomando novas dimensões conforme a transformação da sociedade.

Bels e Hoijoer citados por Lakatos e Marconi (1999:171) também definem família como um grupo social cujos membros estão unidos por laços de parentesco ou grupo de parentes e seus

⁹ Nome tradicional dado a uma mesa construída ou feita com base no cimento ou na madeira para a exposição dos produtos à venda.

descendentes que vivem juntos. Esta definição toma a família em termos biológicos ao colocar apenas o parentesco fundamental.

Numa visão mais organizacional e institucional, Saraceno (1997) define família como um grupo de pessoas unidas por laços de parentesco no qual os indivíduos assumem a responsabilidade de cuidar das crianças. É também uma organização, pois nela, existem normas, regras, papéis que a orientam.

Desta forma, referindo-se a análise de Saraceno (1997), frisa que a família é também um lugar social e simbólico em que a diferença sexual é assumida com base e ao mesmo tempo construída como tal.

Numa visão diferente Lima (1992) mostra que a família é o local de definição e reprodução das regras e normas que são estruturantes das diferenças entre os sexos seguidas por todos os membros não apenas um grupo que comunga laços de parentesco e residência, é o espaço de presença dos laços de união dos pais, do matrimónio seja de qualquer forma, pais e filhos que convivem e possivelmente isolados aos demais parentes.

Lima (1992), avança ainda afirmando que a família tem três características fundamentais: origina-se na aliança matrimonial habitualmente conjugal embora existam outros casos de modelos familiares que se baseiam em laços legais que implicam um conjunto de obrigações e proibições.

Nesta pesquisa, optamos pela definição do conceito de família proposto por Lima, pois este é abrangente e se aproxima às famílias moçambicanas urbanas e se aproxima também da nossa visão teórica.

Mercado de trabalho

Para dar a compreender o conceito, tomamos como ponto de partida a definição do conceito de mercado do qual este deriva. A definição do mercado limitou-se inicialmente a perspectiva utilitarista na visão dos economistas clássicos, excluindo aspectos de origem social, cultural que influenciaram o mercado. Por isso, surge uma divisão entre antropólogos económicos e economistas no tratamento do conceito de mercado.

Na perspectiva económica, Samulsen e Nordhaus (1993:858) definem mercado de trabalho como um sistema através do qual compradores e mercadores negociam para determinar os preços e quantidades de um bem ou serviço englobando todas as operações e procedimentos através dos quais os que têm empregos a oferecer e os que estão a procura do emprego travam contactos e negociam as condições de emprego ou mais abstractamente para designar a relação entre a oferta da mão-de-obra.

Marques e Peixoto (2003) explicam que o mercado não pode ser visto separadamente com os factores de ordem social, cultural, político e moral por ser também uma construção social. Na perspectiva destes autores, não basta tratar o mercado como um espaço apenas de trocas de utilidades, de mercadorias, das actividades e mecanismos que envolvem a oferta da procura de bens e serviços, tem que ter em conta também a dinâmica dos sistemas de troca que muitas vezes ocorrem influenciada pelos factores sociais, culturais e das relações sociais que os intervenientes estabelecem no mercado.

Todavia, para estes autores o mercado é uma instituição social facilitadora de trocas, é produto das relações sociais onde os valores e traços culturais e morais marcam as sua operações e sua dinâmica, é também um espaço de trocas simbólicas que envolvem regras não apenas económicas mas também sócio-culturais.

Contudo, o mercado de trabalho pode ser formal e informal, e nesta pesquisa consideramos o mercado formal de trabalho que não visão de Cuinhane (2006) o mercado formal caracteriza-se pela existência do sector público, empresas públicas e privadas.

E neste trabalho, trataremos o mercado de trabalho formal por ser regido por princípios oficiais, fixos e regulamentados. Este sistema de relacionamento com os sujeitos de trabalho tem a ver com a questão da variação e esta ala, está sujeita a poucas variações, há mais tempo de permanência do trabalhador do que no sector informal do mercado.

CAPÍTULO IV

4.1 Metodologia

Neste capítulo apresentamos as linhas directrizes que orientaram a pesquisa feita seguindo três etapas principais. Na primeira etapa, procedemos a revisão de literatura bem como a escolha do quadro teórico. Teve como objectivos obter informações sobre o objecto de estudo para compreender o seu contexto e delinear a pesquisa de modo a trazer o que constitui mudança construído desta maneira a problemática do objecto. A revisão de literatura decorreu nas bibliotecas Central Brazão Mazula, do Departamento de Arqueologia e Antropologia, do CEA na UEM.

A segunda etapa correspondeu ao planeamento da pesquisa, a metodologia que se aplicou, os instrumentos de observação do objecto e a respectiva recolha de dados. E por fim, a última etapa, fez-se a apresentação dos resultados da pesquisa cujo objectivo é explicar o facto estudado mediante a correlação entre a revisão literária e a realidade e depois a decisão a tomar em relação as nossas hipótese e garantir o alcance dos objectivos dos mesmos traçados.

4.2. Métodos

Para o alcance dos objectivos propostos, aplicamos o método hipotético-dedutivo como abordagem. Este método facilitou-nos a percepção de lacunas em relação a realidade concreta do nosso objecto de estudo. De acordo com Lakatos e Marconi (2009), o método hipotético-dedutivo consiste na construção de conjunturas que devem ser submetidas a teses as mais diversas possíveis, a critica inter-subjectiva ao controlo mútuo pela discussão crítica, a publicidade para ver quais as hipóteses que sobrevivem as tentativas de refutação e falseamento.

Como melhor método de abordagem para a nossa pesquisa, é possível pela nossa percepção, predizer ou testar a ocorrência do fenómeno abrangido pela nossa hipótese. Para o acompanhamento ou procedimento, optamos pelo uso do método etnográfico.

Como técnica optamos em aplicar a entrevista semi-estruturada que na óptica de Trivinos (1987), a entrevista é uma conversa face a face mediante a um plano de perguntas ou tópicos que orientam o entrevistador. Esta técnica é ideal para este tema porque facilita a recolha de informações detalhadas sobre as práticas e situações do nosso estudo, também por se realizar na presença do entrevistador e também, dá ao pesquisador a possibilidade de sanar algumas dúvidas em relação a compreensão da pergunta podendo sem dar resposta, explicitar a pergunta feita caso esta não seja compreendida.

Por um lado, as perguntas podem ser feitas de várias formas criando a possibilidade de conversar com o entrevistado e por outro, esta técnica não limita o entrevistado, para além de que facilita a obtenção de outras formas. Para o tamanho da nossa amostra a entrevista é mais vantajosa.

4.3. Universo populacional e a delimitação da amostra

Precisamos na prática de tirar conclusões válidas sobre um grande grupo de indivíduos ou objectos, neste caso o nosso grupo alvo nesta pesquisa são mulheres e homens casados¹⁰, vendendo no mercado central da Baixa da cidade de Maputo. De acordo com Richardson (1999), na pesquisa qualitativa as conclusões finais sobre o estudo dum vasto grupo são tiradas mediante o estudo de uma forma representativa desse grupo, denominada amostra. A qual foi definida, de

¹⁰ Nesta pesquisa trataremos a variável casada, partindo do princípio de que, na nossa sociedade existem vários tipos de casamento: oficial, tradicional e religioso. A lei da família, nos capítulos I e III dos artigos 16, 202 e 203, considera também a união de factos como uma forma de casamento reconhecido pela constituição, pois grande parte da população recorre as formas tradicionais de casamento reconhecido ao nível familiar e comunitário.

Ao longo do trabalho tipificamos as formas de casamento.

modo a que o grupo fosse representativo do universo para o estudo do fenómeno. Assim tomamos como critérios da selecção as seguintes características:

- ✓ Homem e mulher casados (independentemente do tipo ou forma de casamento).
- ✓ Faixa etária entre os 18 e 45 anos de idade
- ✓ Possuir no mínimo 2 anos a vender naquele mercado
- ✓ Possuir no mínimo 2 anos de convivência conjugal

Procedemos desta maneira, primeiro para garantir a inteligibilidade da pesquisa, e no segundo plano para delimitar a amostra sem fugir dos dados estatísticos que acompanham a problematização da mesma. Neste estudo, são considerados casados, todos os que vivem sob união marital, tendo estabelecido qualquer forma de casamento, com ou sem filhos. O facto da existência de vários tipos de casamento na nossa sociedade levou nos a optar por esta generalidade.

As entrevistas foram feitas nos locais de venda conforme a selecção, pois o local de estudo não é fixo, uma vez que trabalhamos com uma população comerciante de vendas, não sendo o nosso objectivo estudar as interacções e a forma como ela presencia no trabalho.

A amostra foi composta por um número de vendedores seleccionados no mercado estabelecidos através das características já descritas.

Neste mercado seleccionamos para a amostra 24 indivíduos e as entrevistas foram gravadas por tratar-se de entrevistas semi-estruturadas de forma a que pudéssemos reter maior parte de informação. Este mecanismo visava uma recolha de dados eficaz e a melhor gestão do tempo do entrevistado uma vez que a entrevista se realizou no local de trabalho (mercado). Para além de facilitar uma percepção da informação no momento da sua transcrição.

Vide o quadro geral da amostra:

Local de entrevista	Número de vendedores	Seleccionados			Entrevistados		
		H	M	HM	H	M	HM
Mercado Central	24						
		11	13	24	5	12	17

4.4. Roteiro de campo e algumas dificuldades

A produção da monografia aconteceu em duas etapas: a primeira foi a da colocação do problema, onde as actividades de pesquisa estavam direccionadas para a pesquisa bibliográfica que permitiu definir a perspectiva com a qual analisamos a questão da entrada da mulher no mercado de trabalho no Mercado Central da Baixa da Cidade de Maputo.

Na segunda etapa procedemos com o trabalho de campo, nesta etapa as actividades observaram dois momentos: um primeiro momento foi dedicado à observação participante no local da pesquisa, onde procuramos captar as características das actividades desenvolvidas pelas vendedoras. Um segundo momento consistiu na aplicação das entrevistadas e com base no questionário que definimos previamente.

A maior dificuldade enfrentada prendeu-se ao facto da realização do trabalho de campo depender da autorização dos responsáveis do mercado e as suas sistemáticas ausências impediram que a pesquisa fosse realizada dentro do tempo que foi inicialmente definido.

CAPÍTULO V

5.1. Apresentação e análise dos resultados da pesquisa

Neste capítulo, apresentamos os dados encontrados no estudo do campo. Procuramos estabelecer uma relação entre a revisão de literatura, sendo esta, a parte teórica e os resultados empíricos obtidos mediante as entrevistas feitas. Para facilitar a compreensão dos resultados agrupamo-los em quatro secções.

Primeiro, fazemos a descrição e caracterização do local de estudo. A segunda secção, corresponde ao perfil sócio demográfico dos entrevistados, onde indicamos as características dos informantes, descrevendo a faixa etária, o estado civil entre outras.

Na terceira, indicamos as motivações de ordem diversa que levaram a mulher a participar no mercado de trabalho. E por fim, na quarta secção analisamos as relações de poder e os mecanismos de tomada de decisão que os cônjuges usam na família. Para aprofundar este tema, foi dividido em três itens ou subsecções a saber: a realização de tarefas domésticas, a gestão e utilização do rendimento familiar e o contributo das redes de solidariedade e as formas de entajuda dentro das relações de poder família.

5.2. Descrição e Caracterização do espaço

Sobre a história do surgimento do mercado Municipal (Central) mais conhecido por Bazar da Baixa, existe pouca informação, contudo, estudos contextualizados, como é o caso de Rocha (2009), apontam para a possibilidade do mesmo ter sido o mais antigo e mais bem equipado dos mercados da Cidade e está localizado na Baixa.

Na visão de Rocha (2009:74), o Mercado Municipal, também designado Mercado Central, mais popularmente conhecido por Bazar da Baixa, foi construído entre 1901 e 1903, ano em que foi inaugurado, por empreitada da empresa David & Carvalho. Está localizado num espaço na parte antiga da Cidade, a Baixa, de frente para a avenida 25 de Setembro.

É um edifício coberto e no seu interior podem observar-se os espaços de venda forrados a azulejos artisticamente decorados, com cerca de 518 mesas de betão (banca), incluindo lojas municipais e chão cimentado. Localizado na Baixa da Cidade, é o mais emblemático de todos os mercados, onde se vendem produtos vegetais e frutícolas, roupas, mercearias e artesanato de mais variado e está rodeado por ruas onde se encontram varias lojas de cidadãos de origem indiana, paquistanesa e chinesa, onde se vendem produtos locais e importados de excelentes qualidades.

Como descrevemos, no capítulo anterior, todas as entrevistas decorreram no Mercado Central da Baixa Cidade de Maputo.

O ambiente das entrevistas e a interacção com os informantes decorreu em boas condições, pois os entrevistados mostraram-se a vontade e facilitaram a compreensão da nossa pesquisa, optamos por caracterizar o perfil dos entrevistados com objectivo de enquadrar as nossas entrevistas estabelecendo a relação entre as características ambiente da entrevista.

5.3. O perfil sócio-demográfico dos entrevistados

Do número correspondente a nossa amostra seleccionam e entrevistamos 24 indivíduos e para facilitar a compreensão do fenómeno em estudo, dividimos a amostra em faixa etária e verificamos que o elevado número de vendedores entrevistados encontra-se entre 18-45 anos.

Outro factor característico do nosso grupo alvo é que a maior parte encontram-se a vender naquele mercado entre os 2 e 20 anos, quer para os esposos quer para as esposas. Esta e a anterior características estão apresentadas em tabelas I e II em anexo depois da bibliografia.

O terceiro elemento característico é o período de ingresso no mercado de trabalho e o período de ocorrência da união, ou seja, procuramos saber se as mulheres começaram a vender antes ou depois de casar. Os dados estão disponíveis em anexo na tabela III. Esta característica nos ajuda a explicar os processos de tomada de decisões e da sua mudança entre as esposas e esposos. Nesta ordem de análise, verificamos que a maior parte dos vendedores tornaram-se esposos e esposas depois de trabalhar.

As mulheres justificaram que a entrada tardia no mercado de trabalho está relacionada com a dependência que tinham dos pais, a falta de formação por parte de algumas mulheres e também precisam de ajudar as suas famílias bem como o carácter da vida da cidade.

Quanto aos homens a justificação para eles está ligada ao seu futuro como esposo e pai, para eles começar a trabalhar antes de casar é uma obrigação, pois esperam para além de ajudar os pais e irmãos, formar família e se responsabilizar por ela. Aqui está patente a função da socialização na transmissão de papéis sociais dos homens, como esposo e pai.

“Eu comecei a trabalhar três anos antes de me casar e nem namorava seriamente porque não podia dar nada a ela. Acho que a nossa geração é diferente da antiga. Os nossos pais podiam engravidar e casar sem trabalhar, agora isso é uma vergonha. Um homem que se casa aqui na cidade sem trabalhar é uma vergonha” (Litos).

O facto de o homem levar mais tempo para se formar e empregar-se para depois casar-se ou empregar-se e formar-se depois de casar foi a resposta comum encontrada nos vendedores que são maridos. Esta situação, mostra também a forma como as obrigações do homem em relação a mulher na família é periodizada ao nível social. No seio da instituição familiar, o cumprimento de determinadas normas e regras que se traduzem, segundo Durkheim citado por Guiddens (1994), em maneiras de agir e ser correspondentes a cada sexo e a cada posição, como mostra esta passagem:

“Para viver com uma mulher tenho que construir ou alugar uma casa sem contar com o sustento da família. Sabe as mulheres podem casar sem trabalhar não é problema, mas um homem casar sem trabalhar, sem casa é vergonhoso até dão-lhe nomes, mesmo que a sua família possua condições económicas para o sustentar. Aqui no mercado, temos colegas que tem mulheres desempregadas e não é problema, mas ter mulher que trabalha e você desempregado parece crime” (Ivo).

Aqui está patente a presente questão de constrangimento social nos indivíduos aliado a exterioridade dos factos sociais, na medida em que a sociedade tem expectativas sobre o indivíduo e este tem conhecimento dessas expectativas, tal como mostra Durkheim, citado por Guiddens (1994).

Para Durkheim, os factos sociais são construídos socialmente e dotados de uma estrutura bem definida que condiciona a personalidade individual e que constituem a soma de relações que se encontram na sociedade e não são a soma de relações criadas pelo indivíduo, mas sim por um grupo, logo são exteriores ao indivíduo.

No que tange ao caso do constrangimento social, o indivíduo cumpre uma série de normas sociais tecidas pela comunidade que violando-as sofre sanções, mas é possível agir fora delas resistindo-as. Constitui constrangimento porque o indivíduo reconhece as obrigações ou deveres e sabe o que pode acontecer-lhe perante a sua resistência no cumprimento, neste caso concreto, o estereótipo que a comunidade cria sobre a pessoa é uma das formas das sanções.

Quando a sociedade observa o contrário do que se espera do indivíduo procura sancionar e este para evitar esta situação manipula a sua personalidade para atingir os seus objectivos. A

manipulação¹¹ só é possível quando se conhece as expectativas dos outros no processo interactivo.

Uma outra característica que levantamos no nosso grupo alvo é o tipo de casamento, pois esta questão ajudou-nos a perceber como ocorre e em que medida ocorre o fenómeno estudado em cada tipo de casamento¹². Para além de que o casamento é um mecanismo de garantia de segurança social, mas das relações de poder entre marido e mulher. Achamos como método para estabelecer relações entre o tipo de casamento e os processos e mecanismos de tomada de decisão.

Durkheim, citado por Aron (2000) aplica a tipificação de fenómeno para explicar melhor o que se precisa estudar nele, como forma para a sua verificação. No conjunto de estudo ocorrem quatro tipos de casamento: casamento oficial ou do registo civil, casamento tradicional (Lobolo), união de facto e o casamento religioso. Desta tipificação os números elevados de entrevistados apresentam o casamento oficial e a união de factos nas esposas enquanto os homens considerados aqui como maridos realizam na sua maioria a união de facto. Os dados forma apresentados em anexo na tabela IV.

5.4. Motivações para a entrada da mulher no mercado de trabalho

No início da pesquisa, identificamos alguns factores que motivaram a mulher a fazer parte do mercado de trabalho, dos quais destacam-se os de ordem macroeconómica: a transformação económica, o crescimento do mercado do emprego, a escolarização e profissionalização

¹¹ Ferreira (1995) afirma que Goffman na sua perspectiva dramaturgica do quotidiano, demonstra como o individuo pode manipular a sua imagem num jogo de diferentes papéis tendo em conta o conhecimento das normas e das expectativas que a sociedade espera em cada papel.

¹² Para Saraceno (1997), constitui uma instituição social aquela em que se definem antes de mais os estatutos dos homens e mulheres e as suas relações recíprocas num quadro e fortes assimetrias.

crescente da mulher e de ordem sócio-psicológica em torno dos indivíduos ligado as necessidades económicas individuais e colectivas condições de vida principalmente nas zonas urbanas. Estes são os factores económicos de um modo generalizado.

Considerando que estamos a tratar de um estudo de caso específico, de um grupo que apresenta outras motivações ou outros factores justificativos ao nível individual e colectivo, partimos do princípio de que os intervenientes encontram-se representados num espaço e tem ainda diferentes fins individuais e colectivos, por isso achamos viável ouvir dos entrevistados os motivos pelos quais se empregam.

O objectivo deste levantamento é de facilitar a compreensão e distinção dos motivos de ordem económica em que se toma o homem como figura central da esfera económica familiar e social. Segundo os dados encontrados no campo, as motivações que levam as mulheres ao mercado de trabalho são diversificadas, sendo assim, analisamo-las tendo em conta o período em que começou a vender e o estado matrimonial.

Para as mulheres que começaram a vender antes de se casar, maior parte indica motivações de ordem económico-social. Entram cedo no mercado de trabalho com ou sem formação profissional com o objectivo de ajudar a família, seus pais, irmãos e outras queriam se aliviar da dependência económica dos seus pais e melhorar a situação económica da família.

Constata-se aqui, a presença de funções¹³ da família, das quais se destaca a económica, onde todos os membros da família tem uma obrigação social de participar ou contribuir para a sobrevivência de todos. Mostra-se também a função da socialização na transmissão de papéis sociais dos homens. Portanto, os filhos como solidários para com os membros da família.

Em relação ao segundo grupo, correspondente as mulheres que ingressaram no mercado central da Baixa da Cidade de Maputo depois de se casarem, um número elevado das entrevistadas evoca ter procurado emprego depois de se casar para aliviar os encargos dos seus esposos,

¹³ Para Ávila (1999), a família garante também a solidariedade, a reprodução ou procriação, o estado emocional entre outras.

ajudando-os na economia familiar, bem como a busca de oportunidades de se tornarem úteis na sua família, ou seja, a procura de reconhecimento na família e na comunidade da auto-estima leva a mulher a empregar-se.

“Eu não tinha como ajudar o meu marido, tudo dependia dele, como estava a estudar quando terminei a 10ª classe ele mesmo me meteu a trabalhar na banca duma amiga dele e a partir deste comecei a trabalhar. Foi um alívio, já comprava muita coisa sem ter que esperar o salário dele” (Joana)

“Não há emprego e as pessoas devem procurar o que fazer para conseguir viver. Todas coisas que compro estão caras e se eu ficar em casa sem ajudar meu marido as coisas ficarão mais difíceis” (Lizy).

Os depoimentos acima transcritos mostram que a falta de emprego é também apontada como um dos motivos da entrada dos indivíduos ao sector formal e informal.

Outra questão está ligada ao estatuto da mulher trabalhadora. As mulheres inspiram para uma aprovação social: o status, respeito, prestígio e consideração pelo facto de passar a contribuir para o sustento da família.

“Quis ser independente, mesmo casada. Sabe, hoje em dia uma mulher que não estuda, não trabalha ou não faz nada que lhe dê dinheiro, corre risco de ficar sozinha. Os homens precisam hoje do salário da mulher. Tenho vizinhos que se separaram só porque o marido arranhou amante no serviço, ele assumiu isso, só para ter ideia...” (Cecília)

Os depoimentos acima transcritos mostram que as mudanças significativas nas relações de género dependem da transformação estrutural no acesso ao emprego e ao rendimento, controlo sobre os meios de produção e outros bens económicos em que as relações de género são representadas com experiências vividas por homens e mulheres.

A liberdade, frisa Loforte (2000) citando Foucault, é também um mecanismo que estimula o exercício de modalidades de luta, competição e da contestação das estruturas de dominação. Por isso a mulher, procura formar-se e trabalhar para conquistar a sua independência e um valor social da família.

5.4.1. Relações de Poder entre marido e mulher

As relações de poder entre marido e mulher não se revelam iguais na amostra, mas existe uma relação entre a participação da mulher no mercado de trabalho e o modo como as decisões são tomadas ou geridas na família.

Os dados mostram que as esposas com rendimento monetário conquistam um campo mais amplo na tomada de decisões, mas o seu espaço central continua a ser aliado as questões específicas da mulher na família, herdadas através do processo de socialização. Este constitui o mecanismo de reprodução das normas, regras e papéis de homens e de mulheres, de esposa e de marido legitimados para o exercício do poder masculino (poder tradicional) o que significa que as relações de poder na família são produto das motivações e da socialização que leva homens e mulheres a agirem de forma diferenciada.

Na perspectiva de Bourdieu (1994), o *habitus* é responsável pela manutenção dos lugares masculino e feminino no espaço familiar e as crenças tradicionais por sua vez fazem parte da socialização dos actores envolvidos num sistema de relações em particular a de género no espaço familiar e explicam as percepções das mesmas por parte dos actores sociais.

De acordo com o nosso estudo, no que tange a tomada de decisão pela mulher na família relativamente ao marido varia segundo o tempo em que a mulher ingressa no trabalho, o seu estado civil, os anos em que a mulher encontra-se no mercado e o tipo de união conjugal ou o tipo de casamento que a mantém casada.

Estas características ajudam-nos a perceber o fenómeno em estudo, ora vejamos: no caso das mulheres que começaram a vender antes do casamento, a mudança na tomada de decisão não é visível por isso as decisões tomadas em relação a um facto podem envolver os dois ou o marido caso necessário. Lembrar que estas esposas tomam tudo como normal e conhecido por elas como ilustra o seguinte exemplo:

“Eu e ele sempre cooperamos em ideias na tomada de decisões mas cada um teve desde sempre coisas em que deve decidir. Não notei até mudanças talvez porque conhecemo-nos já a trabalhar e tivemos sempre diálogo, mas o que eu decido cabe a mim e grande parte das questões familiares tenho que consulta-lo e ele decide o que fazer afinal os nossos maridos são os representantes da família” (Paula)

Recorrendo a este exemplo podemos notar a existência de um reconhecimento por parte das esposas quanto ao seu papel em relação ao marido, pois está aqui patente o reconhecimento da autoridade masculina na família, existindo desta forma a autoridade tradicional mesmo quando ambos se encontram no mercado de trabalho.

As mulheres que se tornam vendedoras depois de casadas notaram mudanças significativas ao experimentarem uma situação de dependência económica como social onde os maridos decidiam sem dialogar e sem consulta-las principalmente em assuntos que envolviam dinheiro. Desta forma por elas serem economicamente dependentes dos esposos poucas vezes opinavam sobre o uso e gasto de dinheiro, sobre os custos de um bem ou serviço e eram vítimas da desconfiança pelos maridos no gasto de dinheiro.

“Mudou muita coisa na nossa relação. Antes por exemplo ele podia dar me dinheiro do rancho¹⁴ e se não fosse suficiente para tudo que era

¹⁴ Expressão usada na linguagem comum para referir comprar semanais ou mensais de produtos necessários para um determinado período na família.

necessário zangava comigo e dizia que eu não sei poupar, que ele não tinha mais dinheiro que tinha que aguentar até ao fim do mês”. (Edite)

“Eu estou casada há 10 anos, e comecei a vender logo que fiz a 8ª classe, três anos depois muita coisa mudou. Antes o meu marido detinha o poder de controlo de quase tudo. Tinha que consulta-lo para o que achava viável em fazer, desde a compra tinha que poupar mais sem necessidade, foram os anos mais difíceis para mim, para evitar problemas com a família dele, obedecia em tudo. Poucas vezes dialogávamos para decidir, as vezes perguntava algo e ele não aceitava a minha opinião. Agoira sinto-me importante, planificamos juntos os gastos, decidimos juntos, ele me valoriza mesmo com pouco que ganho e sou independente” (Sibongile)

Este exemplo vem demonstrar que as mulheres quando começaram a trabalhar verificaram mudanças e já opinavam no que fosse necessário pois quem toma decisões na família são os maridos.

No entanto, nota-se aqui a persistência cultural da dominação masculina no espaço doméstico ao colocar o homem e a mulher em posições diferentes tidas como orientadoras da vida familiar. Neste caso a família constitui um espaço onde começa o exercício dos papéis de cada um, homem e mulher segundo instituídos socialmente.

Assim, o poder é algo que se exerce em redes de alianças ou em resistência como afirma Loforte (1996) que o poder pode ser a capacidade de os actores sociais imporem as suas vontades numa relação social, pese embora o facto de existir oposição ou resistência a esta relação independentemente do seu fundamento.

Num outro subcapítulo mostraremos que mesmo com a dinâmica nas relações homem/mulher, algumas mulheres continuam na posição subalterna onde os homens, por razões de ordem socioculturais, revestem-se de uma posição superior em relação as suas parceiras. Isto é, mesmo

com alguns ganhos económicos mas em termos de poder, as mulheres se consideram inferiores em relação aos seus parceiros.

As relações de poder foram analisadas em função do tempo que a mulher encontra-se casada e o tipo de casamento. Quanto maior for o período de união ou casamento maior é para as esposas a influencia na tomada de decisões entre elas e os maridos.

O número elevado de esposas que respondeu ter tomado decisões com ou sem presença do esposos na família durante o período de pesquisa encontra-se entre as mulheres com mais de 5 anos de casamento encontrando-se entre 35-40 anos de idade, cooperam e traçam estratégias para levar os maridos a acatar na tomada de decisões, ou seja, quanto maior for o tempo de casamento maior é a probabilidade de decidir de igual modo com os maridos.

“Passei mal quando acabava de casar, vivia com os meus sogros e tinha que respeitar o certo e o errado como nora. Quando comecei a vender e a ter um rendimento próprio vi como o dinheiro muda as relações na família. Construimos a nossa casa juntos e de lá até aqui foi tudo feito com base no diálogo, não posso reclamar em nada, sou livre, temos respeito um com outro”. (Carla)

Estas declarações ajudam-nos a compreender que a possibilidade de as mulheres fazerem uso de oportunidades acrescidas que melhoram as suas vidas depende efectivamente da sua posição no agregado familiar e das suas relações com os homens tornando necessário compreender estes factores para desenhar políticas e intervenções relevantes.

Assim de uma forma contextualizada ao analisarmos a entrevista acima ilustrada Loforte (2000) frisa que o poder diversifica-se de acordo com as diferentes conjunturas económicas e sociais. Para esta autora, o poder contem em si aspectos da cultura em que o sistema político se encontra inserido bem como abrange as realidades que os actores sociais protagonizam no mesmo sistema.

No entanto nas mulheres é visível através da sua integração em redes sociais ligadas as associações. Esta confirmação foi feita através das entrevistas feitas a alguns homens vendedores naquele Mercado da Baixa da Cidade, que são tomados como maridos.

Um número relevante de homens que são maridos afirmaram que têm tomado decisões mediante a conversa com as suas esposas para se chegar ao consenso, mas frisou que toma decisões mais importantes, pois mesmo dando liberdade a mulher, são os maridos os últimos a decidir e a considerar a decisão de mulher certa ou errada.

”Eu não posso dizer que não decido porque actualmente quem tem decidido sou eu. Ora vejamos como exemplo, agora decidi que devíamos reabilitar a casa onde estamos a morar quando eu receber o xitique¹⁵ e ela não teve condições para negar”. (Génito)

Um outro aspecto a considerar nas mulheres que responderam e deram exemplo das decisões tomadas por si na família é o tipo de casamento que pode ser oficial ou tradicional

Nesta ordem de ideias, podemos afirmar que as esposas e esposos que se encontram ligados por união de facto, na tomada de decisões não cooperam e as decisões são do tipo patriarcal, ou seja, quem decide na família na maioria das vezes é o homem e como exemplo disso testemunha a seguinte citação:

“Eu posso dizer que decido, porque o que diz respeito a cozinha, compras de alimentos e roupa do nosso filho, eu sou quem decide mas nunca faço algo sem a permissão dele.” (Julieta)

Ao analisarmos este parágrafo, notamos que o poder do tipo tradicional expresso por Weber (1995) também tido como patriarcado está expresso na maior parte das respostas nos indivíduos

¹⁵ Para Cuamba (2008:17) é a prática de associação para a poupança e crédito informal, é muito comum entre os vendedores do mercado, mulheres domésticas, estudantes, funcionários públicos e varias camadas sociais.

É um meio de poupança e um estímulo colectivo que força os associados a reservar determinadas quantias para futuras aquisições de bens entre as partes envolvidas. Este fenómeno enquadra-se nas redes sociais.

com pouco tempo de casamento e que celebraram a união de facto, é o homem que domina tomando na maioria das vezes decisões na esfera doméstica por princípios motivados por costumes ou hábitos tradicionais como as crenças, os valores que influenciam na acção dos indivíduos envolvidos numa relação social e neste caso específico, nas relações de poder onde a mulher obedece como esposa ao seu marido movida por reconhecimento da sua posição na hierarquia de posições no seio familiar.

De uma forma geral, os maridos tal como as esposas decidem na família, mas um campo ainda vasto de poder é tido pelo homem em relação aos maridos por ser o representante da família e não constitui para os entrevistados uma dominação, mas sim uma regra que existe e deve ser respeitada segundo demonstra este exemplo do testemunho:

“Nós podemos agir como cada um quer, mas o homem tem que decidir no fim ou dar a sua opinião. Eu deixo ele opinar sobre algo, se deve ser feito ou não, mas na verdade quero que ele reconheça que lhe respeito mesmo em reuniões da família a mulher não expressa o que acha certo seu ouvir a ideia do seu marido”
(Lizy)

Este testemunho mostra-nos que a família através do processo de socialização incute as normas, os valores e a forma como cada membro da família se posiciona. Portanto, o modo pelo qual a sociedade forma e controla o indivíduo através das normas que orientam as suas acções do indivíduo em cada posição que ocupa. É também o reconhecimento que o indivíduo tem das obrigações como homem ou mulher sem deixar do lado a forma como este procura transformar e fugir deste controlo para atingir os seus objectivos.

Na visão de Bourdieu (1994), a ordem ou a estrutura social e cultural em que as pessoas se encontram tem um poderoso e mesmo determinante efeito na acção humana e na forma dos eventos, mas também, a outra, a intervenção humana e a natureza da vida humana.

Por outras palavras queremos dizer que a realidade é construída, reproduzida como explica Bourdieu (1994) mas não é estática e sua característica fundamental é a pertinência de aspectos da sua existência que o *habitus* garante. Como mostra o seguinte exemplo:

“Em casa decidimos os dois dependendo da situação, porque existem casos em que ela não pode decidir sem me consultar. Mas eu como marido nem sempre preciso consultar para tomar uma decisão. Imagina se consultássemos as nossas decisões as nossas mulheres, seríamos obrigados a seguir o que elas dizem e não pode ser, quando isso acontece os vizinhos chamam-nos nomes” (Litos).

Está aqui patente a função de *habitus* na reprodução de hábitos, regras socialmente construídas como normais dentro de uma determinada sociedade. A justificação alimenta a resistência do poder patriarcal¹⁶ onde o homem mesmo reconhecendo o poder que a mulher tem de decidir nos aspectos importantes da família, continua a alimentar a ideia de que, ele constitui a figura central na tomada de decisões porque a sociedade assim instituiu. Apesar de tudo, existe uma outra situação em que o indivíduo se adapta a novos contornos do social para responder a situações específicas da vida quotidiana, pois, na passagem do depoimento é possível verificar que os cônjuges dividem campos de decisões e cada um tem um espaço principal no qual pode decidir.

E para interpretar melhor e explorar as entrevistas e aprofundarmos a ocorrência do fenómeno em estudo, optamos por colocar a discussão e itens que seleccionamos para guiar nosso estudo, a saber:

¹⁶ Para Mejia (2000) é uma organização social que está baseada num modelo de dominação cujo paradigma é o homem. Na divisão de trabalho socialmente construída dentro de modelo patriarcal e o poder é atribuído ao homem.

5.5. Em relação a realização das tarefas domésticas

Os resultados resultantes da recolha dos dados, mostram que o facto de se ensinar que os trabalhos domésticos são naturalmente para as mulheres, socialização esta baseada em papéis sociais transmitidos durante a educação de homens e mulheres, faz com que as esposas sejam obrigadas ou se sintam obrigadas a se responsabilizarem por essas funções domésticas.

No que concerne as tarefas domésticas, elas estão relacionadas com o trabalho doméstico¹⁷. Desta forma procuramos saber até que ponto a mulher é associada as actividades domesticas juntamente com o seu marido. Nos outros países em desenvolvimento há tendências marcantes que solicita a mulher fora do lar o que cria uma tendência na distribuição das tarefas domésticas entre os diferentes membros. Em Moçambique, mesmo que a mulher participe no mercado de trabalho tal como o homem, a realização de tarefas domésticas conforme os resultados das entrevistas cabe na sua maior parte a mulher onde em certos casos esta conta com ajuda da empregada sendo ínfima a participação do marido.

Todavia, é pertinente relembrar que tanto os homens como as mulheres reconhecem a necessidade da mulher se empregar para gerar recursos e responder a necessidade de custo de vida, principalmente nas cidades onde a produção de alimentos e consumo não coincidem, mas a entrada da mulher no mercado de trabalho não deve alterar o cumprimento das suas obrigações domésticas e nem a estabilidade do lar. Essa situação permite que toda a carga de trabalhos domésticos recaia sobre as mulheres, o que as impossibilita de descansar e gozar de lazer.

Por outras palavras, um número elevado de esposas mostrou que as tarefas domésticas são ainda actividade feminina. A mulher empregada divide o tempo no emprego fora de casa e as tarefas domésticas.

¹⁷ Para Andrade (1998), inclui tradicionalmente todas as tarefas realizadas na casa ou para a manutenção quotidiana da casa, isto é, trabalho agrícola na machamba familiar, de transporte de lenha, agua, cozinha, educação das crianças, cuidando com os outros membros da família.

“Eu é que faço os trabalhos de casa, acordo cedo adiantando a limpeza, outras vezes lavo a roupa e cozinho” (Cecília).

Estas declarações vêm demonstrar que a mulher encontra-se numa situação de duplo emprego por ela não contar com o seu marido nas tarefas domésticas.

Um outro aspecto que mostrou a feminização das tarefas domésticas é o emprego que a maioria gerou no lar por falta de tempo para realizar as tarefas de casa que apesar das mulheres terem empregadas domésticas são elas que orientam os seus maridos levando a maior parte delas a pagar os seus salários e não os maridos.

“Eu pago o salário dela, mas quando não tenho ele paga. Mas tenho que depois compensar no rancho e faço isso porque acordamos assim e ele diz que não podia pagar tudo porque tinha muitas obrigações” (Arieta).

Esta passagem mostra como as esposas reconhecem o seu papel nas actividades domésticas e que tudo sobre estas actividades elas tomam decisões desde as actividades as necessidades que a família tem.

Desta forma, é pela divisão do trabalho que as relações de género ganham toda a sua dimensão no sistema social, isto significa que não há cooperação nas actividades domésticas entre marido e mulher, pois, os dois reconhecem e procuram cumprir o seu papel legitimado pela sociedade.

Esta situação demonstra que a acção tradicional é comum e marca ainda a divisão de tarefas como mostram Saraceno (1997) e Bourdieu (1999). Para estes autores, a mulher reconhece que está no lar e cabe a ela responder as expectativas de cuidar e educar os filhos principalmente a manutenção do lar realizando todas as tarefas domésticas.

Poucos homens participam ou cooperam com as actividades domésticas para além daquelas de referência masculina, tais como varrer o quintal, tratar da casa, etc. A participação da mulher no trabalho não significa deixar de lado a sua obrigação como esposa, mas ajuda que esta passa a

prestar a economia familiar. Esta situação é também advogada pelos maridos e alguns deles afirmaram ter ajudado as esposas a abrirem a banca para vender e a entrarem no mercado de trabalho, mas sem que elas se esqueçam das suas responsabilidades, tal como mostra a seguinte entrevista:

“Faço alguns trabalhos, mas poucas vezes realizo tarefas domésticas. Ela faz tudo com ajuda da empregada. Gosto de engomar e limpar o quarto, mas cozinhar só em ocasiões especiais para agrada-la” (Tocas)

Os maridos reconhecem as esposas como vencedoras e com um poder específico, pois para eles tudo que diz respeito a cozinha só elas resolvem a sua maneira mesmo depois de um longo dia de trabalho foi sempre assim, afirmam.

“Não me lembro de ter feito uma tarefa doméstica, em algum momento porque cozinhar, lavar ou mesmo engomar é para mulheres e foi para isso que nós casamos” (Fifi).

De um modo geral com base nas entrevistas mostram que alguns indivíduos dos quais algumas mulheres responderam terem realizado tarefas sem ajuda dos maridos na maioria das vezes e para resolver a questão da incompatibilidade de tempo para realizar todas as actividades domésticas em função do trabalho, optaram por empregar alguém para ajudar nas tarefas de casa, a empregada doméstica. Enquanto outras responderam cooperaram em algumas actividades pois outras são especificamente para as esposas como cozinhar, lavar a loiça, a roupa, pilar amendoim.

Os restantes afirmaram terem cooperado nas actividades, mas só nos fins-de-semana quando têm espaço para tal com ou sem presença da mulher porque para eles existem actividades que se resumem para as mulheres e que realizadas pelos homens o desvalorizam perante os outros:

familiares, vizinhos, amigos e colegas. Contudo, está aqui patente a ideia de que as relações que se desenrolam na família apresentam marcas da sua legitimação histórica construída e transmitida de geração em geração de forma a garantir a sua continuidade em outras épocas e contexto.

As actividades domésticas continuam a ser para as mulheres e não é costume a mulher e o homem cooperarem nas mesmas apesar de alguns afirmarem que realizam actividades domésticas só para ajudarem as esposas e por um lado os maridos ajudam as esposas na realização das tarefas domésticas em caso de ausência ou doença.

5.5.1. Relações de poder e gestão dos momentos livres

A família constitui um local de convivência da família, cooperação, afinidade e lazer entre os membros garantindo desta forma a função emocional o que não impede da mesma fora do espaço familiar com a presença da mulher no mercado de trabalho há tendência desta recorrer tal, como o homem, a espaços e actividades que a proporciona lazer em relação aos trabalhos durante a semana.

Os dados recolhidos no campo, mostram que nas casas há ausência da mulher em alguns momentos como nos fins-de-semana mas que é reduzida em relação a do homem pois estes são os que estão mais ausentes na família por lazer, saem com amigos, colegas para convívios, festas para ocuparem os seus tempos livres. As mulheres geralmente visitam familiares, amigas, participam nas festas de xitique dos colegas os familiares e para estas se ausentarem tem a obrigação como esposa de informar ao marido sobre o evento com antecedência.

A recolha de dados mostrou também que apesar de a mulher ter o emprego próprio, rendimento monetário e serem livres para usarem o seu salário preciso da permissão dos maridos nos tempos livres. Para os entrevistados, a mulher não é igual ao homem razão pelo qual não deve se ausentar constantemente por razões de lazer (festas, xitique, passeio). Para eles, a mulher tem

muitas obrigações de casa e uma delas é a presença em casa para zelar pela segurança e educação dos filhos.

As esposas mostraram que os maridos controlam e decidem sobre os locais e horários em que devem ausentar se durante os tempos livres.

“Nos tempos livres eu vou visitar as minhas amigas, vou as festas com amigos mas coma permissão dele e quando é uma festa fora da família tenho de pedir permissão, até para ir ao xitique ele determina a hora em que devo regressar”
(Dineria)

O trabalho de campo mostrou ainda a existência de desigualdades em relação a gestão dos momentos livres entre esposa e esposo onde os homens afirmam que pela podem se ausentar com ou sem a permissão das esposas, mas o inverso não pode acontecer porque na visão deles constitui uma falta de respeito.

As mulheres frequentam locais de lazer com familiares, amigos ou colegas mas controlam o tempo de sua presença em casa tendo em conta as suas obrigações e com o trabalho elas passam a ter mais convívios, a falta de controlo tem levantado desentendimento no casal por isso a mulher procura informar e pedir a permissão antes e convencer o marido para a sua ausência.

Está patente que o homem procura manter o domínio da família e do parentesco, ao tentar preservar o poder masculino através de justificações moralistas e valorativas que para as mulheres são vistas como demonstração de ciúmes e desconfianças dos maridos.

5.5.3.O contributo das redes de Solidariedade e as formas de entreaajuda dentro das relações de poder

De acordo com Cruz e Silva (2005), grande parte da população moçambicana em especial a mulheres recorrem os chamados sistemas informais de poupança e de ajuda mútua. Esta situação

acontece por diversas razões entre as quais a incapacidade de Estado para a disponibilizar serviços sociais básicos como instituições bancárias em todo o país.

Assim sendo, as redes de solidariedade e os grupos de entreatajuda como o *xitique*¹⁸ que é o tipo de sistema mais conhecido em Moçambique constituem meios de auto organização praticadas pelas vendedoras no Mercado Central da Baixa da Cidade de Maputo.

Na visão de Cruz e Silva (2005) o *xitique* é uma forma de reforçar a solidariedade existente entre amigos (as), colegas ou familiares.

As vendedoras deste mercado privilegiam o *xitique* e este sistema aparece dominadas por elas mostrando como as mulheres desempenham um papel importante na provisão dos meios de subsistência as suas famílias. Vejamos o seguinte depoimento:

“Eu gosto de fazer o xitique porque ajuda-me e não só a mim como os outros porque a pessoa pode escolher aquilo quer receber, se quer dinheiro, material de construção, panelas, etc (Dineria).

“Por exemplo eu consegui pagar a escola da minha filha, hoje ela já fez a Faculdade, está formada, empregada graças ao xitique e sempre que puder faço com varias pessoas”(Edite).

Segundo o depoimento dada pela nossa entrevistada e de acordo com os nossos dados recolhidos constatamos que as vendedoras estipulam um montante de contribuição por amigos, colegas de trabalho ou familiares assim como o período e o local do encontro que pode ser em casa de uma delas para a prestação de contas e a distribuição do amealhado por cada uma das pessoas envolvidas no grupo, lembrar que também este sistema de solidariedade as vezes pode traduzir-se em materiais de construção, roupa, loiça dependendo do desejo da pessoa envolvida, como mostra depoimento abaixo:

¹⁸ Meio de poupança e estímulo colectivo que força os associados a reservar determinadas quantias para futuras aquisições de bens entre as partes envolvidas. Este fenómeno enquadra-se nas redes sociais.

“Olha não se pode desprezar o xitique porque ajuda a muitas pessoas, hoje eu tenho casa graças ao xitique, quando chegou a minha vez de receber escolhe material de construção e trouxeram-me cimento, e outros materiais que eu precisava para a minha obra e se isso não me fosse útil eu teria desistido, mas já faz quase 10 anos que pratico o xitique” (Fátima).

6.Considerações Finais

A pesquisa analisou os processos de tomada de decisão na família, e iniciamos esta pesquisa com a finalidade de analisar o estado das relações de poder entre marido e mulher estabelecendo uma relação com a presença da mulher no mercado de trabalho, passando esta a contribuir no rendimento familiar.

Tomamos o Mercado Central da Baixa da Cidade de Maputo como fonte da nossa pesquisa de campo.

Em relação aos objectivos traçados, consideramos que estes foram atingidos, contudo, outros elementos foram observados durante a pesquisa, que no entanto precisariam dum estudo direccionado ao seu aprofundamento.

Com o trabalho de campo, constatamos que existe uma influência do trabalho assalariado da mulher na tomada de decisão na família. A mulher para além de passar a providenciar recursos materiais e financeiros para a satisfação das necessidades primárias da família, ela passa a cooperar e decidir com o marido nos diferentes aspectos da vida familiar.

O estudo revelou-nos ainda, que a mulher ao passar a dividir parte do seu tempo entre casa e o trabalho fora da família acumula tarefas e obrigações domésticas, situação que faz com que ela passe a empregar uma mulher como sua auxiliar nas actividades domesticas.

Esta situação justifica-se pelo processo de socialização que diferênciam as funções e os papéis de homem e de mulher com base nas normas e valores culturais.

De acordo com as entrevistas feitas, as obrigações das mulheres na família como esposa e mãe mantêm-se, ou seja, a pesquisa mostrou-nos que a mulher coopera nas principais decisões com o seu marido, mas o trabalho no espaço doméstico continua a estar na maioria dos casos na sua responsabilidade, esta situação demonstra a feminização ainda acentuada do espaço doméstico.

A pesquisa demonstrou ainda que, a tomada de decisões varia em função do tempo em que a mulher encontra-se empregada e do tipo de união que estabelece com o seu cônjuge. Quanto maior o período de trabalho, maior é a compreensão nas tomadas de decisão. A mulher que está no mercado de trabalho a mais tempo afirma cooperar e negociar na tomada de decisões.

O mesmo acontece com a mulher que tem o período longo no casamento o que já não se verifica nos casamentos que tem como vínculo de ligação a união de facto com um tempo reduzido da convivência.

Esta constatação significa que existem factores que influenciam nos processos de tomada de decisões que não dependem da participação da mulher no mercado de trabalho. A centralização de poder masculino na família envolve muitos factores e variam consoante a relação social estabelecida entre cônjuges.

Os elementos culturais caracterizam os comportamentos e as obrigações de cada sexo e diferenciam os papéis da esposa e do esposo. A esposa desempenha o seu papel no espaço doméstico e o esposo continua a encarregar-se da maior parte das despesas familiares por ser esta a função não podendo dividir equitativamente as despesas familiares mesmo quando o salário de esposa é superior.

O estudo mostrou ainda que o homem controla os momentos livres da mulher, é ele que permite na generalidade a saída e decidem consoante o tipo de divertimento, os locais e os horários para o exercício das actividades ligadas a satisfação emocional nos tempos livres. Ao marido não lhe cabe a satisfação da mulher em relação as formas, os locais e a hora de saída e chegada em tempos livres.

Contudo, tanto os maridos como as mulheres gerem os momentos de lazer, mas com especificidades para as esposas. Assim, o modelo patriarcal de autoridade nas famílias urbanas é de representação e não modelo de dominação efectiva, o que significa que há uma redução da centralização do poder.

O homem, é chefe da família por representação da norma culturalmente definida e não porque é ele quem toma as decisões, mas sim estabelece cooperação na tomada de diferentes decisões.

De um modo geral, a participação da mulher no mercado de trabalho possibilita-lhe a liberdade, a cooperação na tomada de decisão sobre os assuntos familiares desde os que abrange a função económica, social entre outras funções da família, o que comprova a nossa hipótese.

Apesar de a mulher passar a atravessar as fronteiras da esfera privada para o emprego, não implica a alteração da sua posição na hierarquia de poder socialmente construída entre si e seu esposo, mas influencia na medida em que a mulher passa a ocupar lugar considerável na tomada de decisão.

Uma outra conclusão tirada, é que a entrada da mulher no Mercado de trabalho, ainda que possibilite na mulher, a autonomia financeira, o diálogo entre si e seu esposo na tomada de decisão, na gestão de rendimento familiar entre vários aspectos apresentados no capítulo anterior não retira o papel e o lugar do homem e marido na tomada de decisão.

Esta situação não significa que a mulher é totalmente submissa ao homem na família, sendo passiva e independente do homem, como mostram alguns autores. Mas que as obrigações e a função de cada um dos cônjuges na família são reconhecidas e cumprir estas normas significa para maior número de informantes, respeito.

Anexo I

Guião de entrevistas para vendedoras (esposas)

1-Qual é a sua idade

2-Há quanto tempo vende neste mercado?

3-Começou a vender depois de casar ou antes?

4-Que tipo de casamento celebrou?

5-Qual é a sua ocupação neste momento?

6-Que mudanças verificou na sua relação familiar e conjugal quando a sua esposa começou a trabalhar.

7-Em que você decide ou não pode decidir em nada?

8-O que tem a sua esposa decidido em casa? Dê exemplos

9-Quem tem realizado as tarefas domésticas em casa?

10-Dê exemplos de cinco tarefas que você tem realizado ou já realizou

11-Já alguma vez a sua esposa pediu-lhe que realizasse algumas tarefas domésticas? Quais?

12-Quem programa o uso do rendimento em casa?

13-O que você faz com o seu salário na família e/rendimento na família? Dê exemplos do que compra com seu salário na família.

14-Você tem programado o gasto do salário da sua esposa, ou ela faz por si.

15-E o que a sua esposa tem feito com o dinheiro dela?

16-O que geralmente você tem feito com a permissão da sua esposa? De exemplos.

17-O que você faz com ou sem a permissão da sua esposa?

18-Na sua opinião, quem entre marido e esposa deve realizar as tarefas domésticas? Porquê?

19-Na sua opinião, quem dentre esposa e marido se responsabiliza pelas necessidades económicas da família? Porque?

20-Dê exemplos de cinco decisões tomadas por si na sua família.

21-Dê exemplos de cinco decisões tomadas pela sua esposa em casa.

22-Na sua opinião, que aspectos as esposas e maridos tem que ter em conta quando são trabalhadores?

23-Como o senhor gere ou controla os tempos livres?

24-Qual é a sua opinião em relação a entrada da mulher no mercado de trabalho, que considerações ou observações tem a fazer.

Tabela I- Distribuição dos entrevistados por faixa etária

Faixa Etária	Esposos	Esposas
18-30	2	3
31-40	2	6
41-45	1	3
Total	5	12

Tabela II- Descrição dos indivíduos quanto a relação ao ingresso no trabalho e situação matrimonial

Indivíduos	Antes de casar	Depois de casar
Esposos	2	3
Esposas	6	6

Tabela III- Descrição dos Indivíduos quanto aos anos de venda

Anos de Venda no Mercado	Esposas	Esposos
2-5	4	1
6-10	4	2
11-20	4	2
Total	12	5

Tabela IV- Descrição quanto ao tipo de casamento

	Casamento oficial	Casamento Tradicional	União de Factos	Casamento Religioso
Esposas	2	3	6	2
Esposos	1	1	3	0
Total	3	5	7	1

Tabela de Nível de participação da Mulher no Sector de comércio na Cidade de Maputo.

Ano	Masculino	%	Feminino	%	Total
2006	5356	58.9	3730	41.0	9086
2007	4895	56.5	3759	43.4	8654
2008	4193	44.6	5201	56.1	9394

Fonte: INE-INFOR, Março de 2010

Bibliografia

Amâncio, Lígia. 1994. Masculino e feminino: *A construção social da diferença*. Porto. Ed.afrontamento.

Andrade, Ximena e tal. 1998. *Famílias em contextos de mudanças em Moçambique*. 2ª Edição. Maputo. WLSA MOZ.

A.R. 2004. *Lei da família*. INM

Aron, Raymond. 2000. *As etapas do pensamento sociológico*. Lisboa. ed. Publicações dom Quixote.

Ávila, Bastos De. 1999. *Introdução a Sociologia*. Rio de Janeiro.8ª edição. Editora agir.

Balate, A.2001. Relações de género e gestão comunitária das fontes de água. *O caso do distrito de Marracuene 1992-1999*: dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos para obtenção do grau de licenciatura em Antropologia na UFLCS/UEM. Maputo

Besse, Suzan K. 1994. *Modernizando a desigualdade. Reestruturação da ideologia de género no Brasil*. São Paulo. Ed.universidade de são Paulo.

Bourdieu, Pierre. 1989. *O Poder simbólico*. Ed.difiel. Portugal.

Bourdieu, Pierre.1996. *Razões práticas sobre a teoria da acção*. Lisboa. Parpus editora.

Bourdieu, Pierre.1990. *Coisas ditas*. São Paulo: Editora Brasiliense. S.A.

Bourdieu, Pierre.1999. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro.

Boundon, Raymond. 1990. *Os métodos em Sociologia*. Lisboa. Edições Rolim

Casimiro, I. Maria. 1999. Paz na terra, guerra em casa: *Feminismo e organizações de mulheres em Moçambique*: Dissertação elaborada para obtenção do grau de Mestre em Sociologia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Lisboa

Casimiro, I. Maria e Andrade, Ximena.1992. Construindo uma teoria de género em Moçambique in *estudos moçambicanos* 11/12. Revista Semestral de ciências sociais. Maputo. CEA/UEM.

Casimiro, I. Maria e Neves, Amélia. 2010. *Empoderamento Económico da Mulher, movimento associativo e acesso a família de desenvolvimento local*. Maputo. CEA/UEM.

Chichava, José.1998. *Sector informal e as economias locais*. Maputo. S.E

Clemente, E et al. 1997. *Dicionário de Filosofia*. Lisboa. Terramar.

Constituição da República Popular de Mocambique.1975. Maputo

Constituição da República de Mocambique.1990. Maputo

Constituição da República de Mocambique.2004. Maputo

Cruz e Silva. 2005.A Organização dos Trabalhadores do sector informal dos mercados de Maputo e sua acção na promoção de melhores condições de vida e de trabalho: *O papel da Associação dos operadores e Trabalhadores do Sector Informal*. Genebra.

Crozier, Michel, 1983. *A Sociedade bloqueada*. Ed.universidade Brazilia.vol.8

Cuinhane, C. Eduardo, 2006. O papel da instrução escolar na inserção sócio profissional dos jovens no mercado de trabalho em Moçambique: *Caso da cidade de Maputo*. Dissertação apresentada em cumprimento dos requisitos parciais para obtenção do grau de licenciatura em sociologia na FLCS/ Maputo.

Eisler, Raine. 1991. *El Caliz y la espada: Nuestra Historia, Nuestro Futuro*. Editorial Cuatro Vientos. Santiago de Chile.

Fácio, Alda. *O patriarcado e as instituições*. Disponível em: <http://www.Mujeres>. (acessado a 09.03.2007)

Ferreira, Carvalho et all.1995.*Sociologia*. Portugal. Mac Graw-Hill Editora.

Foucault, M. 1996. *Microfísica de Poder*. Rio de Janeiro: Graal. 12ª Edição.

Fórum Mulher. 2005. Para além das Desigualdades: *A mulher em Moçambique*. Maputo

Francisco, António A da Silva & Paulo, Margarida. 2006. Impacto da Economia Informal na Protecção Social, Pobreza e Exclusão: *A Dimensão Oculta da Informalidade em Moçambique*. Maputo: CEA/ISCTE.

INE. 2006. *Resultados do primeiro Inquérito Nacional no Sector Informal (INFOR-2005)*. Maputo: INE.

Lakatos, Eva Maria e Marconi, Marina de Andrade. 2010. *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo. Editora Atlas. 7ª Edição.

Lakatos, Eva Maria e Marconi, Marina de Andrade. 1999. *Sociologia Geral*. São Paulo. Editora Atlas. 7ª Edição.

Lakatos, Eva M. e Marconi, Marina de Andrade. 1999. *Sociologia geral*. 4ª Edição. São Paulo: Atlas editor.

Loforte, A. Maria. 2000. *Género e Poder Entre os Tsongas de Moçambique*. Maputo: edições Comedia.

Loforte, A. Maria, *et al.* 1998. Relações de Género em Moçambique: *Educação, Trabalho e Saúde*. Maputo: DAA-UEM.

Loforte, A. Maria. 1996. Normas Relativas a Herança, Transmissão de Terra: o caso do sul de Moçambique. In “*Direitos consuetudinários em Moçambique*”. Maputo: NET-UEM

Mabilana, Lumina. 2005. Relações de género, acesso a terra e a pobreza rural: *o caso do distrito de Marracuene*. Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos para a obtenção do grau de licenciatura em Antropologia na UFICS/UEM

Macuacua, Adriano. 2005. Soluções para o combate a pobreza em Moçambique, capítulo IV, in: *Zimba, B. e Castiano, J. As ciências Sociais na luta contra a Pobreza Absoluta em Moçambique*. FILSOM Entertainment. Maputo.

- Mazula, Brazão. 1995. *Moçambique, Eleições, Democracia e Desenvolvimento*. Cap. X: A Mulher, SE.
- Marques, Rafael, Peixoto João. 2003. *A Nova Sociologia Económica*. Uma Antologia. Oeiras. Celta editora.
- Matabele, Virgínia dos Santos. 2005. O papel da mulher na luta contra a pobreza absoluta em Moçambique, Capítulo I in: *Zimba, B. e Castiano, J. As ciências Sociais na luta contra a Pobreza Absoluta em Moçambique*. FILSOM Entertainment. Maputo.
- Mejia, Margarita. 2000. *Dinâmicas Locais na Associação de camponesas do distrito de Manhica Província de Maputo: Relatório de Pesquisa*. Maputo: CEA-UEM.
- MMAS. 2008. *Política de género e Estratégias da sua implementação*. Maputo
- Negrão, José. 2005. *Cem anos de economia da família rural africana*. Texto Editores. Maputo.
- Rocha, Aurélio António Nunes. 2009. *Maputo, Cidade das Acácias: das origens a actualidade*. Alcance Editores. Maputo.
- Saraceno, Chiara. 1997. *Sociologia da Família*. Atlas. Rio de Janeiro.
- Scott, J. 1986. Gender: A usual category of historical Analysis. *Gender and the politics of History*. New York: Editora Columbia University Press.
- Osório, Conceição. 2005. *Poder e Violência, Homicídio e Femicídio*. Maputo: WLSA-Moçambique.
- Osório, C. et al. 1998. *Mulher e Poder, Relatório de Investigação*. Maputo: UFICS-UEM.
- Weber, Max. 1995. *Tipos de Dominação*. Porto, Editora Presença.
- WLSA. 1998. *Família em contexto de mudança em Moçambique*. Maputo: Imprensa Universitária.